

Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Economia

PLENO EMPREGO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E
ANÁLISE EMPÍRICA

Flora Toledo Rodrigues
Carlos Alberto Ramos

Brasília/DF
Novembro de 2013

Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Economia

PLENO EMPREGO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E
ANÁLISE EMPÍRICA

Monografia apresentada ao Departamento de
Economia da Universidade de Brasília como
requisito à obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Flora Toledo Rodrigues
Carlos Alberto Ramos

Brasília/DF
Novembro de 2013

Agradecimentos

À Catarina, por ser ao mesmo tempo meu maior exemplo e minha maior incentivadora;

A meu orientador, Carlos Alberto Ramos, por sua essencial contribuição, não apenas para o trabalho que aqui se apresenta, como também para minha formação ao longo da graduação;

A Gustavo, por tudo sempre;

À Raiza, Rogério, família e amigos que, pelo apoio e carinho, são responsáveis por qualquer conquista que eu tenha.

Resumo: As baixas taxas de desemprego e a elevação nas remunerações observadas recentemente no Brasil deram origem ao recente debate sobre a proximidade de uma situação de pleno emprego. O presente trabalho, primeiramente, traça uma análise teórica que decompõem a análise do pleno emprego em duas perspectivas complementares: uma como resultado de uma transformação estrutural e a outra como uma perspectiva macroeconômica de curto prazo. Em segundo lugar, é realizada uma análise do mercado de trabalho brasileiro no período de 1995 a 2011, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Domicílio-PNAD, de maneira a indentificar evidências que contribuam para este debate. Os resultados indicam que há, ainda, um considerável caminho a ser percorrido antes que a situação de pleno emprego seja de fato alcançada, tanto em razão de uma possibilidade de expansão da oferta de trabalho – a partir da maior participação das mulheres e jovens –, quanto em razão da ainda precária situação de uma proporção considerável dos postos de trabalho ocupados.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Pleno Emprego, Desemprego; Oferta de Trabalho.

Sumário

Introdução.....	7
1 O pleno emprego sob uma perspectiva teórica.....	9
1.1 Os modelos de desenvolvimento duais: Lewis e Harris e Todaro.....	10
1.2 Abordagem macroeconômica de curto prazo: o Modelo Keynesiano.....	14
1.3 Comentários finais.....	17
2 Instrumentos metodológicos e referências conjunturais para a análise do mercado de trabalho brasileiro.....	19
2.1 Questões metodológicas.....	19
2.1.1 A fonte de dados utilizada.....	19
2.1.2 Breve observação acerca dos indicadores que serão contemplados.....	22
2.2 A conjuntura brasileira.....	24
2.2.1 Anos FHC.....	25
2.2.2 Anos Lula.....	29
3 O mercado de trabalho brasileiro e a proximidade com o pleno emprego: análise dos dados.....	32
3.1 O debate acerca do pleno emprego no Brasil.....	32
3.2 Oferta e demanda por trabalho: uma perspectiva geral.....	33
3.3 A mulher brasileira e o mercado de trabalho.....	37
3.4 O comportamento das faixas etárias críticas.....	40
3.4.1 O trabalho infantil.....	40
3.4.2 Os jovens e o mercado de trabalho brasileiro.....	42
3.5 A qualificação: perfil da oferta e da demanda de trabalho.....	46
3.6 Alteração no perfil da ocupação: o setor informal, a produção para consumo próprio e o trabalho doméstico.....	50
3.7 Comentários finais.....	56
Considerações Finais.....	59
Referências Bibliográficas.....	61

Lista de Gráficos

Gráfico 2.1- Evolução da taxa de juros Selic mensal entre 1995 e 2011.....	26
Gráfico 2.2- Evolução mensal da taxa de câmbio entre 1995 e 2011.....	29
Gráfico 3.1- Evolução da taxa de desemprego entre 1995 e 2011.....	33
Gráfico 3.2- Taxa de participação entre 1995 e 2011.....	35
Gráfico 3.3- Taxa de participação entre 1995 e 2011 por sexo.....	38
Gráfico 3.4- Taxa de desemprego entre 1995 e 2011 por sexo.....	39
Gráfico 3.5- Taxa de participação infantil (10 a 15 anos) entre 1995 e 2011.....	41
Gráfico 3.6- Taxa de participação dos jovens (16 a 24 anos) entre 1995 e 2011.....	43
Gráfico 3.7- Proporção dos jovens (16 a 24 anos) que não fazem parte da PEA e que não estão frequentando a escola.....	44
Gráfico 3.8- Evolução da taxa de desemprego dos jovens (16 a 24 anos) entre 1995 e 2011.....	45
Gráfico 3.9- Evolução da oferta de trabalho por nível de qualificação entre 1995 e 2011.....	47
Gráfico 3.10- Evolução da taxa de participação por nível de qualificação entre 1995 e 2011.....	48
Gráfico 3.11- Evolução da proporção de qualificação dos ocupados entre 1995 e 2011.....	49
Gráfico 3.12- Evolução do nível de qualificação dos desempregados entre 1995 e 2011.....	50
Gráfico 3.13- Evolução da informalidade entre 1995 e 2011.....	52
Gráfico 3.14- Evolução da ocupação na produção para consumo próprio entre 1995 e 2011.....	53
Gráfico 3.15- Evolução do trabalho doméstico entre 1995 e 2012.....	54
Gráfico 3.16- Evolução da composição do trabalho doméstico entre com e sem carteira assinada entre 1995 e 2012.....	55

Lista de Tabelas/Figuras

Figura 2.1- Possibilidades para um indivíduo que integra a PIA.....	24
Tabela 2.1- Evolução de variáveis representativas do crescimento e inflação entre 1994 e 2011.....	27
Tabela 3.1- Crescimento da PEA, PIA e População Ocupada.....	36

Introdução Geral

A taxa de desemprego aberto¹ foi, em outubro de 2013, de 5,2%, percentual que manifesta uma situação próxima do pleno emprego e evidencia que o mercado de trabalho brasileiro vem sofrendo transformações estruturais. Tradicionalmente, este era caracterizado por salários baixos e por uma oferta ilimitada de trabalho, composta de desempregados ou empregados em trabalhos de baixa produtividade. Atualmente, este dá sinais de aquecimento com redução do desemprego, elevação das remunerações e redução da proporção de ocupações em condições precárias. Dessa forma, as relações salariais no Brasil, que sempre foram concentradoras de renda – com a remuneração do trabalho baixa relativamente às taxas de lucro –, têm dado lugar a salários mais altos e dificuldade de contratar trabalhadores, o que indica que a economia brasileira trabalha com uma restrição de mão de obra. O resultado disso é que o modelo de crescimento puxado por altos lucros esta sendo substituído por um modelo de crescimento puxado principalmente onde o trabalho pode constituir uma restrição ao crescimento.

Tais transformações deram origem ao recente debate acerca do pleno emprego no Brasil. Por um lado, afirma-se que baixas taxas de desemprego e elevação na remuneração aliadas a uma possível falta de disponibilidade da mão de obra na quantidade e qualidade demandada são sinais de que se configura esta situação. Por outro lado, segundo Kon (2012), apesar do inegável aquecimento que vem ocorrendo no mercado de trabalho brasileiro, estas evidências são insuficientes para se falar em uma impossibilidade da expansão de mão de obra. Tal crítica se dá tanto em termos quantitativos, partindo do argumento de que há ainda um contingente não aproveitado de mão de obra, quanto qualitativo, ou seja, uma considerável proporção da mão de obra considerada como ocupada estaria fazendo-o em condições precárias ou de baixa produtividade.

O pleno emprego trata-se de uma situação ideal na teoria econômica: não há desperdícios de fatores, ou seja, a economia atinge o seu nível máximo de utilização do capital e do trabalho, o que se dá não só em termos tanto quantitativos quanto qualitativos. Portanto, o diagnóstico de que uma economia se aproxima desta situação tem a sua relevância não só em termos de políticas públicas, como também na avaliação que se faz do funcionamento da economia em questão.

¹ Dado da Pesquisa Mensal de Emprego –PME do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

O foco das políticas públicas de um país que atingiu o pleno emprego difere consideravelmente dos demais, isto porque a única forma de continuar crescendo a partir deste ponto é elevando o produto potencial por meio de ganhos de produtividade. Além disso, toda uma gama de políticas públicas focadas na elevação da ocupação já não faz mais sentido, visto que a manutenção desta situação passa a ser a preocupação central no mercado de trabalho. Por outro lado, em países que têm folga no mercado de trabalho, o crescimento econômico não resulta necessariamente na geração de emprego (RAMOS, 2003), o que pode se dar como consequência de limitações no mercado de trabalho ou em razão de políticas macroeconômicas inadequadas a este objetivo.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é avaliar as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro a partir do primeiro Governo FHC, de maneira a identificar elementos que contribuam para o debate acerca do pleno emprego no Brasil.

Dado esse objetivo, o presente estudo está dividido em três capítulos. No primeiro, será apresentada uma abordagem teórica para a questão do pleno emprego. Para isso, o tema é abordado sob duas perspectivas: a primeira se relaciona com as teorias de crescimento e desenvolvimento com foco nas mudanças estruturais de longo prazo; a segunda, por sua vez, a partir de uma análise de curto prazo que se situa na análise macroeconômica, a qual destaca a relação entre crescimento, mercado de trabalho e inflação. O segundo capítulo, tem vocação de instrumentar a análise, sendo composto de uma parte metodológica, que inclui descrição da base de dados e dos indicadores utilizados, tal como uma análise da conjuntura econômica brasileira no período analisado. Por fim, no último capítulo, as transformações pelas quais passaram o Brasil nos últimos anos serão analisadas, de forma a buscar elementos que auxiliem na resposta da pergunta central deste trabalho: há configuração de uma situação de pleno emprego hoje no Brasil?

Capítulo 1

O pleno emprego sob uma perspectiva teórica

Kon (2012) define o pleno emprego como sendo a utilização da capacidade máxima de produção de uma sociedade, ou seja, situação na qual não haveria desperdício nem de capital de trabalho. De uma forma geral, todo o indivíduo que se apresenta no mercado de trabalho a procura de ocupação a encontra. A autora destaca, por fim, que tal situação deve, evidentemente, ser utilizado para elevar a qualidade de vida da população.

Tendo em vista esta definição, a teoria econômica tem tratado este tema ou seu outro lado, o desemprego, com diferentes métodos, teorias e perspectivas. É possível agrupar o problema do emprego em duas perspectivas principais, que são ao mesmo tempo distintas e complementares: a primeira envolve as teorias de crescimento e desenvolvimento econômico, onde o foco é a ocorrência de mudança estrutural, com efeitos sobre a qualidade do emprego; a segunda perspectiva é a da teoria macroeconômica e envolve ajustes no mercado de trabalho e relações entre desemprego e inflação (PEREIRA e NASCIMENTO, 2012).

Por um lado, modelos como os propostos por Lewis (1954) e o de Harris e Todaro² surgido na literatura a partir da década de 70, buscam explicar o caminho pelo qual passam as sociedades subdesenvolvidas, marcadas pela dualidade e pelo movimento de migração entre o setor arcaico e o setor avançado, até que se alcance o pleno emprego. Tais modelos se identificam com esta perspectiva que vê na mudança estrutural a solução para o problema do desemprego. Trata-se, portanto, de uma perspectiva com foco em transformações do longo prazo.

Por outro lado, o Modelo Keynesiano, a partir da crítica ao Modelo Clássico, explica os mecanismos pelos quais o nível de atividade determina o nível de emprego. Trata-se de um modelo com foco no curto prazo, que analisa as razões para as condições conjunturais econômicas resultarem em equilíbrios aquém do pleno emprego. Nestes mecanismos o modelo dá destaque para os componentes da demanda agregada, com foco no investimento, para a rigidez dos salários nominais e para a inflação.

Nesse contexto, o objetivo do presente capítulo é apresentar as principais características destes dois grupos de modelo baseado em Ramos (2012), atentando para o

² Não houve uma publicação conjunta destes dois autores, porém a partir de artigos seminais escritos por eles, surgiu na literatura um modelo que ficou conhecido conjuntamente por suas contribuições.

diferente enfoque que os mesmos dão para a questão do pleno emprego. Esta análise será de fundamental importância para avaliação do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos e a possibilidade do mesmo estar se aproximando da situação de plena utilização da oferta de trabalho. Dado esse objetivo, o capítulo está dividido em três seções. Na Seção 1.1 serão apresentados os Modelos de Lewis e Harris e Todaro com foco nas suposições e conclusões de ambos. Na Seção 1.2, por sua vez, será apresentado o Modelo Keynesiano. A última seção, por sua vez, tem a finalidade de destacar os aspectos desta discussão teórica que podem auxiliar na análise acerca do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos.

1.1 Os modelos de desenvolvimento duais: Lewis e Harris e Todaro

O Modelo de Lewis ficou assim conhecido a partir do artigo seminal escrito por Lewis (1945), o qual propunha um modelo de crescimento com oferta ilimitada de mão de obra. Tal modelo se insere no ramo da economia do desenvolvimento que vê o subdesenvolvimento apenas como sendo uma etapa para o desenvolvimento e para o qual cada país subdesenvolvido estaria mais próximo ou mais longe de completar a inevitável transição para o desenvolvimento econômico. Mais do que isto, trata-se de um modelo que vê as economias dos países subdesenvolvidos como sendo dual, ou seja, em um mesmo espaço conviveriam dois setores com características opostas: o setor arcaico (ou tradicional) e o setor moderno.

O setor arcaico se identifica com o setor rural, sendo composto de pequenas unidades de produção nas quais prevaleceriam relações de trabalho não assalariadas e familiares, suas atividades não seriam reguladas pelo Estado, teriam ainda limitado acesso ao crédito e aos avanços tecnológicos. Tal setor opera, portanto, com uma produtividade muito baixa e não seria guiado pela racionalidade capitalista. Assim, é possível formular a hipótese de que a produtividade marginal do trabalho é nula e, no limite, pode até ser negativa, já que, por não se objetivar o lucro, a remuneração do trabalhador, ao invés de se dar pela sua produtividade marginal³, poderia resultar da divisão da produção entre aqueles que residem na unidade familiar.

O setor moderno, por sua vez, é composto por grandes unidades de produção, dotados de tecnologia moderna e de elevada produtividade, onde prevaleceriam relações de produção assalariadas e reguladas pelo Estado, ou seja, o funcionamento deste setor obedeceria, como

³ Como ocorreria na lógica capitalista em razão da busca pela maximização dos lucros.

um todo, à lógica capitalista de maximização de lucros. Dessa forma, o setor moderno seria como uma versão das sociedades desenvolvidas funcionando dentro dos países de economia mais atrasadas e, pela lógica do modelo, o processo de desenvolvimento econômico estaria associado ao crescimento deste setor relativamente ao atrasado, de maneira que se expandissem as atividades do setor de maior produtividade até que o dualismo desaparecesse e o país se transformasse em uma economia desenvolvida.

Tal processo só seria completo a partir da articulação entre os dois setores da economia, a qual, por sua vez, se daria através da interação entre os mercados de trabalho. A expansão do núcleo moderno seria possibilitada pela absorção da oferta ilimitada de mão de obra proveniente do setor arcaico. Esta migração entre os setores seria motivada pelo diferencial de salário (resultando do diferencial de produtividades) entre eles: o salário médio do setor agrícola ou atrasado seria determinado pelo nível de subsistência e o salário médio do setor industrializado seria um pouco mais elevado, de maneira a atrair os trabalhadores do campo, mas não tão alto a ponto de comprometer as altas taxas de lucros do setor industrial. É importante notar que o movimento de migração seria positivo para os dois setores já que, enquanto possibilita ao setor moderno crescer, faria com que a renda média do setor arcaico crescesse⁴.

Nas primeiras etapas do processo de desenvolvimento econômico, a participação dos salários na renda é baixa, comparativamente a participação dos lucros. A mudança estrutural numa economia que se desenvolve e absorve cada vez mais mão de obra é tal que no início, quando todos ou quase todos estão no setor arcaico, desigualdade de renda é baixa. Todos são pobres. Na medida em que a migração entre os setores ocorre, a desigualdade aumenta até atingir um ponto de máximo a partir do qual começa a cair. Este movimento da desigualdade condiz com o fenômeno descrito por Kuznets (1955), que ficou conhecido como a curva em formato de “U-invertido”, que representaria o movimento que a desigualdade faria ao longo do processo de desenvolvimento econômico (crescente inicialmente até que se atingiria um ápice, quando ela entraria em uma trajetória de queda).

Haveria, portanto, transitoriedade da condição dual (característica própria dos países que haviam iniciado seu processo de desenvolvimento tardiamente). Trata-se, em última instância de uma visão otimista, já que o desenvolvimento seria alcançado inevitavelmente.

⁴ Por haver um menor número de pessoas em cada unidade familiar, haveria uma elevação da renda média por pessoa.

Dessa forma, o pleno emprego seria uma característica intrínseca das economias desenvolvidas e o fim inevitável para as economias subdesenvolvidas após percorrerem o caminho de absorção da mão de obra do setor arcaico pelo setor moderno.

Apesar da importância adquirida pelo Modelo de Lewis no debate em que ele se insere, é importante destacar suas fragilidades.

Em primeiro lugar, é possível observar que nos países subdesenvolvidos há desemprego nas regiões que se identificam com o setor moderno. Estas altas taxas de desemprego implicam em uma reduzida probabilidade de encontrar em emprego. Assim, há aqui uma observação da realidade que sugere algo diferente do que é proposto pelo modelo, uma vez que a partir dele a oferta ilimitada da mão de obra seria absorvida pelo setor moderno da economia: não se falava em uma mão de obra que estava migrando para não ser absorvida e permanecer na situação de desemprego. Em segundo lugar, é importante ressaltar a dificuldade de inserção do migrante em um primeiro momento depois da sua migração, em termos de renda e emprego, e da piora significativa que há na qualidade de vida destes indivíduos até que esta inserção seja completa (se é que ela será).

O Modelo de Harris e Todaro de meados da década de 70 foi um importante avanço na teoria do desenvolvimento e acabou por suprir as lacunas deixadas pelo Modelo de Lewis. O ponto chave que diferencia os dois modelos é em que se baseia a decisão do trabalhador de migrar. Enquanto no Modelo de Lewis esta decisão é baseada no diferencial de rendimentos dos dois setores, a decisão do Modelo de Harris e Todaro precisa ser analisada com mais cuidado.

O indivíduo tem três possíveis escolhas: continuar no setor arcaico, migrar para o setor moderno e se empregar no setor informal, que tem produtividade e rendimentos mais baixos que o setor formal ou migrar para o setor moderno e ficar desempregado em busca de um emprego formal. Aqui duas observações se fazem importantes: em primeiro lugar, o indivíduo tem claramente uma quarta possibilidade que é a de estar empregado no setor formal, porém esta não é considerada como uma opção sua por depender de condições exteriores a sua decisão individual; em segundo lugar, faz parte do modelo a hipótese de que a escolha de ficar desempregado quando pode estar no emprego informal se explica porque a probabilidade de encontrar um emprego no setor formal se reduz quando o indivíduo está empregado no setor informal⁵.

⁵ Esta probabilidade reduzida pode ser resultado tanto de um menor tempo livre para procurar emprego, quanto de um sinal negativo dado pelo indivíduo empregado no setor informal a possíveis empregadores no setor formal: é como se o empregado do setor informal ficasse estigmatizado.

Há ainda uma hipótese fundamental para o Modelo de Harris e Todaro acerca do diferencial de rendimentos entre os setores arcaicos e o emprego formal no setor moderno. O esperado seria que com a migração do setor arcaico para o setor mais moderno, originada pelo diferencial de rendimentos, houvesse redução do rendimento do setor moderno até que no limite estes rendimentos se igualariam. Apesar disso, o modelo em hora analisado supõem que há inflexibilidade dos rendimentos do emprego formal do setor moderno ao fluxo de migração. Tal hipótese não é de todo irrealista e pode ser explicada como resultado da legislação trabalhista vigente no setor moderno da economia.

Tendo em vista as hipóteses explicitadas, o Modelo de Harris e Todaro considera que a decisão tomada pelos indivíduos incorpora o risco. Assim, a decisão tomada é aquela que tem a maior esperança de ganhos: quanto maior for a taxa de desemprego (motivada por uma baixa contratação das formas formais), por exemplo, menor é a chance do indivíduo conseguir um emprego no setor formal, então a esperança de ganhos para a opção de buscar um emprego se reduz, fazendo com que menos pessoas saiam do setor tradicional ou da informalidade para buscar um emprego no setor formal. No limite as esperanças de ganhos das três opções se igualam e se alcança uma situação de equilíbrio, desde que haja livre entrada e saída entre estas três opções.

No Modelo de Harris e Todaro a taxa de desemprego funciona, portanto, como reguladora do fluxo de migração. O desemprego, dependendo da ótica, pode ser visto tanto como voluntário quanto como involuntário: se por um lado aqueles que estão desempregados poderiam estar empregados tanto no setor arcaico quanto no setor informal- ótica do desemprego voluntário, eles gostariam de estar empregados no setor formal, porem não consegue vagas disponíveis-ótica do desemprego involuntário.

Apesar da sofisticação que o Modelo de Harris e Todaro trouxe para o funcionamento dos fluxos de trabalho em uma economia dual, assim como o Modelo de Lewis, ele foca no mundo subdesenvolvido. Dessa forma, para ambos estes modelos uma oferta de trabalho ilimitada disponível ou uma taxa de desemprego que regula os fluxos de indivíduos não só entre os setores arcaicos e modernos, como também entre os setores de menor produtividade e maior produtividade do setor moderno, ou seja, do setor informal para o setor formal, são sinais de que a economia ainda não completou a transição para o desenvolvimento econômico.

O pleno emprego nestes modelos estaria, portanto, associado ao desenvolvimento econômico e ao término da dualidade resultante não só da abolição do setor arcaico da economia pela sua incorporação pelo setor moderno, como também pela migração dos

indivíduos empregados na informalidade (baixa produtividade) para os empregos formais no setor moderno da economia. Assim, trata-se de uma perspectiva com foco no longo prazo no qual o pleno emprego seria alcançado a partir de mudanças estruturais pelas quais inevitavelmente passariam as economias atrasadas até que se tornassem desenvolvidas.

1.2 Abordagem macroeconômica de curto prazo: o Modelo Keynesiano

No Modelo Clássico o pleno emprego é uma condição natural da economia, o ajuste do mercado de bens e do mercado de trabalho ocorre essencialmente via preços e não via quantidades. Isto implicaria em uma rápida dissipação dos choques pelo sistema de preços de tal forma que o mercado de trabalho retorna sempre, e rapidamente, ao equilíbrio de pleno emprego em termos quantitativos. O desemprego, quando a população ocupada é menor que a população em idade ativa, seria então resultado voluntário, gerado pelos trabalhadores que consideram sua utilidade de lazer mais compensadora do que o trabalho por baixo salário real. O que restar de desemprego na economia será devido apenas a ajustes e fricções no mercado de trabalho (PEREIRA e NASCIMENTO, 2012).

É consenso que o modelo macroeconômico proposto por Keynes representou uma ruptura com relação ao Modelo Clássico e, mesmo que não haja consenso acerca da proporção desta ruptura, no tema aqui abordado ela é clara: passou a ser factível ter um equilíbrio na economia em uma posição aquém do pleno emprego, sendo involuntário o desemprego observado nesta situação. Dessa forma, com o objetivo de compreender o equilíbrio aquém do pleno emprego, assim como os mecanismos que o Modelo Keynesiano propõe para a elevação no emprego, esta sessão se aterá a este modelo com maior atenção.

O Modelo Keynesiano conservou algumas características do Modelo Clássico, como é o caso da determinação do preço dos fatores pela sua produtividade marginal e das características da função de produção, sendo que as produtividades marginais são positivas e decrescentes. Destas duas características é possível concluir que em ambos os modelos o crescimento do nível de emprego requer reduções dos salários reais, mesmo que as lógicas por trás desta conclusão sejam distintas. Para que isto fique mais claro, será apresentada a seguir a construção do Modelo Keynesiano.

O Mercado de Trabalho neste modelo, como já foi dito, mantém o pressuposto de que o salário real (w_r) é igual à produtividade marginal do trabalho (Q_L). Além disso, supõem-se para fins de simplificação que a oferta de trabalho (L_s) é fixa. O mercado é descrito então por:

$$(w_r) = Q_L; L_s = L_o \quad (1); (2)$$

Da mesma forma, as características da Função de Produção são mantidas, com produtividade marginal positiva ($Q_L > 0$) e decrescente ($Q_{LL} < 0$), sendo representada em (3).

$$Q = Q(L) \quad (3)$$

O Mercado de Poupança e Investimento em Keynes, por sua vez, apresenta evidentes contrastes em relação ao Modelo Clássico. Enquanto na perspectiva clássica a taxa de juros equilibrava poupança e investimento e, conseqüentemente, o Mercado de Bens, para Keynes a relação se inverte: sendo o investimento determinante da poupança⁶. Assim, qualquer nível de investimento seria capaz de gerar um nível de poupança suficiente para financiá-lo. Supondo investimento exógeno e nível de poupança dependendo positivamente do nível da renda, chega-se a (4).

$$S(Q) = I \quad (4)$$

No Mercado Monetário, por fim, a demanda por dinheiro se iguala à oferta real (M_s/P), enquanto a oferta nominal é exógena. A demanda de moeda tem relação positiva com o nível de renda e negativo com a taxa de juros. Este é outro ponto de ruptura com o Modelo Clássico, em que a taxa de juros não influencia o Mercado de Moeda, como fica explícito em:

$$M_d(Q, i) = M_s/P \quad (5)$$

A resolução do Modelo Keynesiano se inicia com a determinação de Q a partir da igualdade *ex-post* entre poupança e investimento. Na interação entre a oferta e a demanda de trabalho se determinam w_r e L que por sua vez, a partir de (3), também determina Q . Porém, nada garante que o Q determinado no Mercado de Bens seja o mesmo daquele determinado no Mercado de Trabalho, ou seja, pode ocorrer que a demanda por trabalho seja restringida pelo

⁶ Este resultado é atingido por meio do impacto que o investimento tem sobre o nível de renda. Uma elevação do investimento gera, via multiplicador, um aumento maior no nível de renda. Tal incremento não é todo consumido, já que a propensão a consumir é menor que um. Assim, gera-se poupança.

equilíbrio determinado pelo equilíbrio *ex-post* entre poupança e investimento, o que se configuraria em uma situação de equilíbrio aquém do pleno emprego.

Neste ponto é importante explicitar alguns aspectos do Modelo Keynesiano que são essenciais para explicar como seria possível elevar a demanda por trabalho de maneira que o mercado de trabalho ficasse mais próximo de uma situação de pleno emprego.

Primeiramente, no Mercado de Trabalho em Keynes são determinados os salários nominais, ao contrario dos clássicos onde se determinam os reais. O salário real, por sua vez, seria resultante da interação entre o salário nominal e o nível de preços. Complementar a esta ideia, existe a noção de que os trabalhadores são insensíveis à mudanças nos salários reais, o que ficou conhecido na literatura como ilusão monetária: enquanto quedas nos salários reais não surtiriam efeito na oferta de trabalho, os trabalhadores resistiriam a quedas nos salários nominais. Uma possível explicação para este fenômeno é o fato de os trabalhadores negociarem salários relativos: sendo o nível de preços igual para todos, olhar para os salários nominais é o mesmo que focar em salários relativos.

O resultado maior deste primeiro aspecto é a não aceitação do postulado clássico de que há igualdade entre o salário real e a desutilidade marginal do trabalho. Assim, surge a possibilidade teórica de que haja desemprego involuntário, já que existem situações em que o salário real é superior a desutilidade marginal do trabalho⁷.

Em segundo lugar, é importante tratar da relação entre o Mercado de Trabalho e o Mercado de Bens. Há uma inversão clara aqui com relação aos princípios clássicos: no Modelo Keynesiano o nível de atividade, por meio do requerimento de trabalho para sua viabilização, determina o nível de emprego, sendo que salários reais altos são resultando de um nível reduzido de atividade. A inflexibilidade do salário nominal não se constitui, portanto, em empecilho para o crescimento do emprego, já que os trabalhadores não tem poder para fixar o salário real.

Assim, para que fosse possível elevar a demanda de trabalho, se aproximando mais da situação de pleno emprego, deveria ser elevada a demanda agregada. No modelo aqui proposto, que é bastante simplificado, isto seria possível através de uma elevação do investimento (componente exógeno da demanda agregada) que via multiplicador iria elevar o produto da economia- ver (4). Um crescimento da atividade, por sua vez, gera aumento no nível de emprego e deve gerar queda nos salários reais, que em caso de salários nominais rígidos, implica no aumento dos preços.

⁷ Há trabalhadores dispostos a ofertar trabalho, porém não há demanda para eles.

Conclui-se que o Modelo Keynesiano, na condição de um modelo macroeconômico, não se ocupa de explicar o crescimento do longo prazo, mas visa entender os mecanismos de curto prazo que resultam em flutuações do nível de atividade em torno do pleno emprego. O desemprego trata-se de um problema de insuficiência da demanda agregada. A partir do momento que o produto é estimulado, há elevação da demanda por trabalho e um menor número de trabalhadores passam a estar desocupados, se aproximando da situação de pleno emprego. Chama-se a atenção, portanto, que qualquer análise a respeito do pleno emprego tem um componente conjuntural importante e que não pode ser deixado de lado.

1.3 Comentários Finais

A partir do que foi visto ao longo deste capítulo e possível afirmar que a análise do pleno emprego é muito sensível ao horizonte de tempo e ao tipo de mudança, se estrutural ou conjuntural, que se tenha em mente.

O Modelo Keynesiano não tinha o propósito de avaliar como expandir a capacidade instalada da economia, mas sim de como utilizá-lo com plenitude. Já que existiriam forças que tendiam a uma subutilização estrutural e só uma correta política econômica possibilitaria sair disso. Mais do que isto, Keynes afirmava que com o passar do tempo o produto potencial da economia iria se expandir e que reforçaria a tendência a subutilização dos recursos. Assim, a Revolução Keynesiana subordinou as variáveis vinculadas ao mercado de trabalho ao desempenho macroeconômico. Se por um lado coloca as preocupações a respeito do desemprego como centrais, por outro lado não situa no mercado de trabalho as restrições para atingir a plena ocupação da mão de obra.

Os Modelos de Lewis e de Harris e Todaro, por sua vez, chamam atenção para as transformações estruturais e de longo prazo que os países desenvolvidos passam para se tornarem economias avançadas, nas quais há plena utilização da capacidade instalada. O que determinava estas transformações estruturais era o fluxo de trabalhadores dos setores de menor produtividade de economia para os de maior produtividade, até que no limite se extinguisse o setor de menor produtividade.

Assim, para avaliar o caso brasileiro e sua possível aproximação do pleno emprego é necessário ter nítida a distinção entre o que representam transformações estruturais e o que representam movimentos resultantes da conjuntura econômica. Como observam (Pereira e Nascimento, 2012), ao analisar esta situação é essencial ter em mente um conjunto de

transformações que está além dos desequilíbrios de curto prazo e decorre do processo conjunto de crescimento econômico com transição demográfica. Evidentemente, ciclos econômicos são importantes e podem acelerar ou retardar a marcha para o pleno emprego.

Capítulo 2

Instrumentos metodológicos e referências conjunturais para a análise do mercado de trabalho brasileiro

Dado que o objetivo do presente trabalho é avaliar as transformações pelas quais passou o mercado de trabalho brasileiro com foco no seu inegável aquecimento e aproximação da situação de pleno emprego, este capítulo trata de alguns importantes instrumentos que serão utilizados nesta análise é, portanto, composto de uma parte metodológica e uma parte que aborda a conjuntura do período que será analisado.

Para sustentar a avaliação das transformações sofridas no mercado de trabalho brasileiro, a importância de uma perspectiva conjuntural pode ser explicada a partir do Modelo Keynesiano, que foi visto no Capítulo 1. Como foi dito, neste modelo, são as características conjunturais que determinam o equilíbrio do mercado de trabalho. Assim, para ser possível identificar as tendências estruturais dentro de transformações de caráter conjuntural é identificar o contexto de curto e longo prazo do período analisado.

Mais do que isto, Ramos (2003) chama atenção para o fato de que o regime macroeconômico tem efeitos diretos sobre o mercado de trabalho, sendo que uma mesma taxa de crescimento do PIB pode resultar em diferenças significativas no nível e composição do emprego (tanto em termos setoriais quanto em termos qualitativos). Assim, trata-se de elementos essencial, quando se que compreender as forças que atuavam no mercado de trabalho, ter em mente as políticas macroeconômicas que se faziam presentes no período em questão.

2.1 Questões metodológicas

2.1.1 A fonte de dados utilizada

Para construir a análise que será apresentada no Capítulo 3, foram utilizados os dados referentes a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD. Cabe aqui, se ater a uma breve descrição desta pesquisa, feita com base em informações retiradas de Ramos (2012).

Existem dois tipos de classificação das fontes de dados: registros administrativos e pesquisas de domicílios. Os primeiros fazem parte dos controles e da contabilidade necessária aos órgãos governamentais para implantar, avaliar ou monitorar programas e projetos, já que há, nestes casos, o requerimento de diversas informações sobre os indivíduos beneficiados.

Assim, apesar dos registros administrativos poderem ser utilizadas como bases estatísticas, os mesmo não foram imaginados como insumos para a construção de séries estatísticas que possam ser utilizadas por analistas. Por esta razão algumas vezes as mesmas podem induzir a conclusões de pouca robustez⁸ e, em outras, o alcance da pesquisa pode não ser grande o suficiente (foco específico no beneficiário e não no ambiente social que o cerca). Apesar disso, há vantagens na utilização deste tipo de fonte de dados porque usualmente elas possuem uma cobertura grande⁹.

As pesquisas de domicílio, por sua vez, são instrumentos que foram imaginados para fins estatísticos. Dessa forma, geralmente estas fontes de dados têm comparabilidade intertemporal e os quesitos que são contemplados no questionário são considerados relevantes para estudar amplos fenômenos. Em razão de seus objetivos, há um nítido rigor estatístico em sua construção, o que acaba por produzir resultados mais robustos que os registros administrativos. Apesar disso, por se tratar de uma amostra, e desagregação geográfica é normalmente bastante limitada e costuma haver uma falta de variáveis mais específicas por um foco em questões mais usuais.

A PNAD, como o nome já diz, é uma pesquisa de domicílio implementada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. A mesma foi idealizada em 1967 sob a cobertura do Projeto Atlântida¹⁰. A partir das experiências prévias de países como Canadá e EUA e das recomendações da ONU para as produções estatísticas, a ideia original era desenvolver uma coleta de dados nacionalmente representativa, que disponibilizasse informações relativas às condições demográficas, socioeconômicas e ao mercado de trabalho com periodicidade de no máximo um ano, de maneira que houvesse um fluxo de maior continuidade que o censo (com periodicidade de 10 anos).

A partir da construção de uma fonte de dados com estas características, os objetivos da PNAD eram extremamente amplos: variavam desde o incentivo a novas pesquisas até servir de insumo para as atividades de planejamento. Assim, com exceção de um período de três anos após sua criação em que sua periodicidade era trimestral, a pesquisa é realizada

⁸ Por não ter o mesmo rigor estatístico que se espera de uma base de dados feita com propósitos de análises estatísticas.

⁹ Tanto em termos de população, quanto em termos geográficos.

¹⁰ Isto se deu no Bureau do Censo dos EUA, dependente do Departamento do Comércio desse país, no marco da cooperação entre países latino-americanos e os EUA no contexto do projeto “Aliança para o progresso”.

anualmente. Desde 1967 a PNAD foi interrompida em algumas circunstâncias específicas¹¹ e em ocasião dos censos a mesma não é realizada.

A PNAD atua a partir do levantamento amostral de dados e, desde que foi criada, tinha a vocação de cobrir todo o Brasil. Se em princípio, nos anos 60, ela tinha uma amostra de 10 mil domicílios, em 2011 este número supera os 146 mil. Apesar de um crescimento tão evidente, atualmente só é possível realizar a desagregação a nível das grandes divisões: Estados, Regiões Metropolitanas e área rural/urbana.

Em termos de sua estrutura, a PNAD é composta por dois grandes blocos: um que foca na unidade domiciliar e outro no indivíduo. O primeiro deles aborda as características do domicílio com variáveis que determinam o tipo do mesmo (casa, apartamento etc.), o seu material de construção, o número de cômodos, a existência de água canalizada, entre outros. Já o segundo, objetiva pesquisar características relacionadas à pessoa, citando-se como exemplo sexo, idade, inserção no núcleo familiar, ocupação e rendimentos oriundos do trabalho, educação. Além destes dois blocos que se constituem na parte básica da pesquisa, frequentemente a mesma é complementada com um questionário especial ou suplementos, com o objetivo de obter dados a cerca de um tema específico.

A partir do que foi dito, é possível verificar que o caráter da PNAD se aproxima mais da possibilidade de um diagnóstico estrutural do que conjuntural. A sua abrangência nacional, o foco de um amplo grupo de questões e a necessidade de um profundo e crítico tratamento dos dados antes de sua divulgação impedem que a mesma possa ser utilizada como um instrumento de muito curto prazo para o mercado de trabalho. Apesar disso, a comparabilidade intertemporal dos dados da PNAD deve ser realizada com certo cuidado: primeiro porque ocorreram transformações nos questionários ao longo dos anos e, em segundo lugar, há revisão da projeção dos coeficientes¹² em ocasião de cada um dos censos e nem sempre o IBGE corrigi os anos entre os censos a partir desta revisão.

2.1.2 Breve observação acerca dos indicadores que serão contemplados

Tendo em vista os pontos levantados anteriormente a cerca da fonte de dados utilizada no presente trabalho, algumas observações se fazem importantes:

¹¹ 1974, 1975 (em razão do esforço requerido na implementação do Estudo Nacional de Despesa Familiar) e em 1994 (por falta de orçamento).

¹² Trata-se dos coeficientes utilizados para expansão da amostra, os quais possibilitam encontrar valores absolutos a partir de dados amostrais.

Em primeiro lugar destaca-se que o período avaliado vai de 1995 a 2011 e que os anos do censo (2000 e 2010) não constam em nenhuma análise por haver incompatibilidade entre os dados gerados pela PNAD e pelo censo. A razão para escolha deste período será abordada com mais atenção na próxima seção.

Em segundo lugar, por se tratar da análise da transformação de um país com uma vasta oferta de mão de obra disponível, com alto desemprego e altos níveis de ocupação em atividades de baixa produtividade para uma possível situação de pleno emprego, justifica-se o uso de uma fonte de dados que seja mais propícia a diagnósticos de caráter estrutural. Apesar da vocação da PNAD não ser o de uma fonte para análise de fenômenos conjunturais, reafirma-se a importância de compreender a conjuntura econômica no período avaliado para que pequenas oscilações não sejam confundidas com tendências nítidas. Enfim, é importante se ter claro o que é devido realmente a uma mudança estrutural e o que se trata de algum reflexo da conjuntura que esta repercutindo nos dados, mesmo que de forma sutil.

Em terceiro lugar, Kon (2012) destaca que a utilização de um indicador específico para a análise do mercado de trabalho pode ocultar o verdadeiro diagnóstico da situação brasileira. Assim, ressalta-se a importância de uma avaliação bastante abrangente quando objetivo é analisar uma possível aproximação do pleno emprego já que diferentes variáveis podem apontar para conclusões em sentidos contrários. Neste sentido, segue breve descrição dos indicadores que serão contemplados na análise do Capítulo 3.

i) População em Idade Ativa- PIA

Trata-se da população que potencialmente pode integrar a força de trabalho de um país. Existem três grupos de variáveis que determinam esta população: biológicos, culturais e demográficas. Os primeiros dizem respeito aos limites físicos para assumir o desenvolvimento de tarefas, o segundo relaciona-se com as práticas cotidianas e ao que a legislação trabalhista determina e o terceiro, por fim, determina-se pela estrutura etária e crescimento da população. Cabe ainda destacar que os determinantes desta variável se constituem principalmente em componentes de longo prazo, sendo pouco influenciada pelas variáveis econômicas de curto prazo.

ii) População Economicamente Ativa- PEA

Representa a força de trabalho de uma economia em um determinado momento do tempo. Tal grupo de indivíduos é composto, por definição, pelos trabalhadores ocupados e pelos

desocupados, aqueles que estão dispostos a trabalhar, mas não encontram emprego. Os indivíduos que estão de fora da PEA, mas que constituem a PIA são chamados de inativos. O tamanho desta população é fortemente influenciado pelas variáveis econômicas (tanto de longo quanto de curto prazo).

iii) Taxa de Participação

A taxa de participação é a relação (em termos percentuais) da PEA com relação a PIA. Portanto, trata-se da proporção do total de indivíduos que poderia fazer parte do mercado de trabalho, aqueles que realmente o fazem, sendo em última instância uma variável representativa da oferta de trabalho. Trata-se de um indicador importante do mercado de trabalho e seu comportamento frente às condições conjunturais, sendo dificilmente determinado *a priori*. Os trabalhos empíricos constituem-se em instrumentos essenciais para discutir a relação entre ciclos e participação no mercado de trabalho.

iv) Ocupação/Desocupação

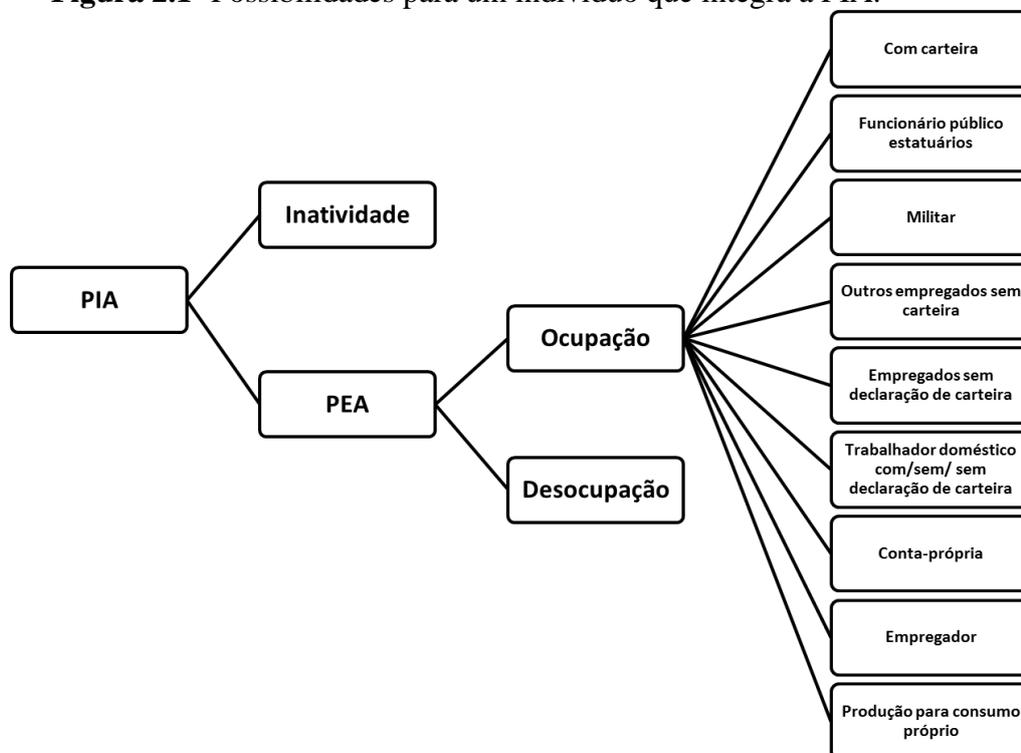
Os indivíduos ocupados são caracterizados por estarem trabalhando no período de referência, sendo que questões legais ou éticas, a princípio, não podem impedir de enquadrar um indivíduo nesta categoria. De acordo com a definição da PNAD são considerados ocupados aqueles que trabalham, pelo menos, uma hora na semana de referência. Sendo que a posição de ocupação constitui-se nas seguintes categorias: empregado com carteira, funcionário público estatutários, militar, outros empregados sem carteira, empregados sem declaração de carteira, trabalhador doméstico com carteira, trabalhador doméstico sem carteira, trabalhador doméstico sem declaração de carteira, conta-própria, empregador, ocupação na produção para consumo próprio (trabalhador na produção para consumo próprio, trabalhador na construção para uso próprio, não remunerado). Os indivíduos desocupados, por sua vez, são aqueles que fazem parte da PEA, porém não se encontram ocupados.

v) Desemprego

A definição de desemprego aqui utilizada é a relação entre os trabalhadores em situação de desocupação e o total de indivíduos participando do mercado. Para que na análise não passe despercebida a questão de trabalhadores em condições de ocupação precária, é traçado um perfil da condição de ocupação, porém nenhuma destas condições é excluída

para fins de cálculo da taxa de desemprego. A Figura 2.1 traz uma sistematização a respeito do que foi dito em relação aos indicadores que serão analisados do Capítulo 3.

Figura 2.1- Possibilidades para um indivíduo que integra a PIA.



2.2 A conjuntura brasileira

A estagflação se estendeu ao longo de toda a década de 80, que ficou conhecida na literatura como “década perdida”, e início da década de 90. Este período foi permeado por tentativas mal sucedidas de contê-la até que em 1994 o Plano Real foi, finalmente, capaz de estabilizar a economia brasileira. Assim, como foi dito anteriormente, o período que será analisado no Capítulo 3 vai de 1995 a 2011, ou seja, inicia-se logo após o Plano Real¹³, o qual representou um evidente ponto de inflexão para a economia brasileira: quando ela venceu a hiperinflação e sentou as bases para que, aos poucos, fosse recuperado o crescimento econômico. A presente seção se organiza, portanto, em duas subseções que objetivam traçar um panorama geral das condições conjunturais do período que será analisado no presente trabalho, a mesma foi baseada em Giambiagi (2011).

¹³ Lembrando que em 1994 a PNAD não foi realizada em razão de orçamento insuficiente do IBGE.

2.2.1 Anos FHC

De acordo com Bresser (1994) o Plano Real foi o décimo terceiro plano de estabilização implementado no Brasil desde que se desencadeou a hiperinflação em meados da década de 80. Tal plano era uma proposta inovadora de combate à inflação inercial a partir da moeda indexada. O plano de ação foi, nesta ocasião, organizado em três fases: o Programa de Ação Imediata que objetivava o ajuste fiscal e a convergência das expectativas; a implementação da Unidade Real de Valor-URV cujo foco estava em zerar a memória inflacionária da população; a reforma monetária, ou seja, extinção do cruzeiro real e transformação da URV na nova moeda, o real.

Sabe-se que Fernando Henrique Cardoso era Ministro da Fazenda, quando foi realizado o Plano Real¹⁴ e foi um dos grandes idealizadores do mesmo. O fato de o plano ter sido tão bem sucedido lhe valeu grande popularidade, o que auxiliou em sua eleição em 1994.

O primeiro Governo FHC (1995-1998) foi marcado pela âncora cambial. Na terceira fase do Plano Real, quando houve a reforma monetária, determinou-se que um real seria equivalente a uma URV que, por sua vez, equivalia a um dólar. Assim, a paridade dólar real executada através da banda estreita, foi mantida ao longo de todo o governo. A âncora cambial ajudava no controle da inflação via concorrência dos produtos importados, porém para que fosse possível arcar com o excesso da demanda por dólar contou-se com a grande quantidade de reservas internacionais que o país tinha disponível (BRESSER,1994).

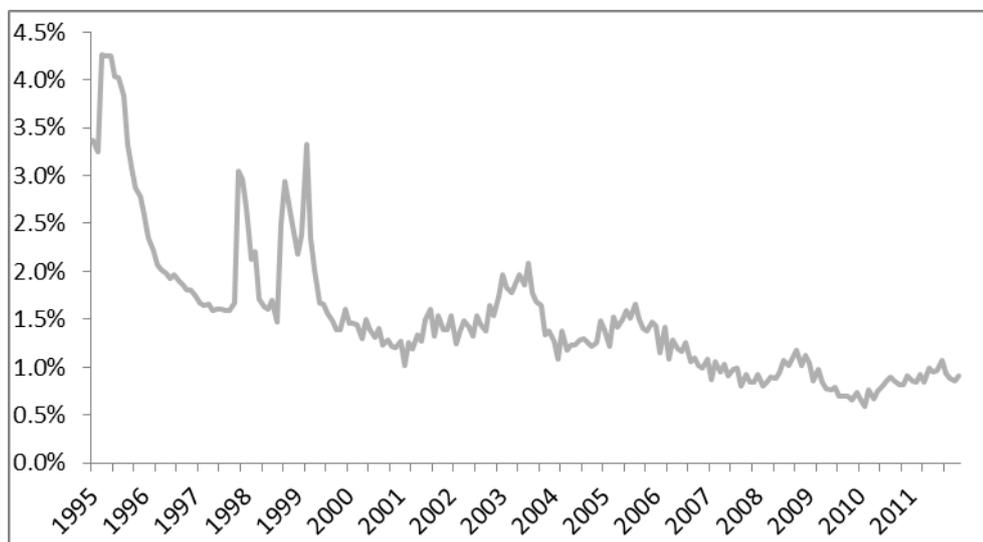
Provavelmente as reservas internacionais disponíveis no país não teriam sido suficientes para manter a paridade entre dólar e real, por isso contou-se com os juros elevados, como mostra o Gráfico 2.1, o qual traz a evolução mensal da taxa de juros Selic. Além de ter havido restrições ao crédito e compulsório relativamente elevado. Esta política monetária restritiva teve dois efeitos importantes: se por um lado ajuda no controle da inflação de demanda, por outro, ajudou a atrair dólares para economia fazendo com que o país não dependesse apenas das reservas internacionais para manter a âncora cambial.

Outro fator que contribuiu para a manutenção da âncora cambial foi a entrada de dólares resultante da continuidade dada ao processo de privatizações e liberalização. Entretanto, este fato aliado a um câmbio sobrevalorizado (âncora cambial) foi responsável por prejudicar o desempenho da indústria nacional, a qual se encontrava extremamente defasada

¹⁴ Se deu no contexto do Governo de Itamar Franco (1992-1994).

em razão do longo período de sua proteção que precede o processo de liberalização econômica iniciado no Governo Collor.

Gráfico 2.1- Evolução da taxa de juros Selic mensal entre 1995 e 2011.



Fonte: Dados do Ipeadata. Elaboração própria.

Além das características já explicitadas, é importante ressaltar que ao longo do primeiro Governo FHC foi dada continuidade ao ajuste fiscal iniciado com a primeira fase do Plano Real, o Plano de Ação Imediata. Assim, atuou-se por meio do corte de despesa, do aumento dos impostos e na redução de transferências do governo.

Por um lado, atingiu-se o objetivo primordial, que era o do controle da inflação. Por outro, houve um conjunto de fatores que contribuíram para o fraco desempenho do PIB observado ao longo do primeiro Governo FHC: política monetária e fiscal restritivas e um desempenho insatisfatório da indústria nacional resultante tanto da âncora cambial, quanto da liberalização econômica. Tais movimentos ficam claros na Tabela 2.1, a qual revela a evolução da variação do PIB e da inflação, além da meta e de banda da inflação.

O segundo Governo FHC (1999-2002) se inicia com uma forte pressão pela quebra da âncora cambial em razão de um ambiente externo desfavorável¹⁵, o que gerava fuga de capitais do país e dificultava que fosse mantida a paridade entre o dólar e o real. Havia receio de que a desvalorização acabasse por acelerar a inflação, porém isto não se observa (ver Tabela 2.1) por um conjunto de fatores: em primeiro lugar, apesar da economia apresentar já uma maior abertura econômica, ela não era ainda tão generalizada, o que amenizava o efeito

¹⁵ Aqui podem ser citadas a Crise Asiática (1997) e a Moratória Russa (1998).

da desvalorização cambial sobre a inflação; em segundo lugar havia grande capacidade ociosa na economia, a economia não se encontrava aquecida; finalmente, adere-se ao sistema de metas de inflação e tais metas são declinantes com o objetivos de auxiliar na convergência das expectativas.

Tabela 2.1- Evolução de variáveis representativas do crescimento e inflação entre 1994 e 2011.

ANO	VARIAÇÃO REAL ANUAL PIB (%)	INFLAÇÃO ANUAL (%)	META DE INFLAÇÃO (%)	BANDA
1994	5,33	916,46	-	-
1995	4,42	22,41	-	-
1996	2,15	9,56	-	-
1997	3,38	5,22	-	-
1998	0,04	1,65	-	-
1999	0,25	8,94	8,00	2,00
2000	4,31	5,97	6,00	2,00
2001	1,31	7,67	4,00	2,00
2002	2,66	12,53	3,50	2,00
2003	1,15	9,30	3,25	2,00
2004	5,71	7,60	4,00	2,50
2005	3,16	5,69	3,75	2,50
2006	3,96	3,14	5,50	2,50
2007	6,09	4,46	4,50	2,50
2008	5,17	5,90	4,50	2,00
2009	-0,33	4,31	4,50	2,00
2010	7,53	5,91	4,50	2,00
2011	2,73	6,50	4,50	2,00

Fonte: Dados do Ipeadata. Elaboração própria.

A partir da quebra da âncora cambial e da formulação do sistema de metas para a inflação, a política monetária ganha maior autonomia, já que não há necessidade de se manter a taxa de juros tão elevada em razão de um câmbio artificialmente valorizado. Como é possível visualizar no Gráfico 2.1, tal variável ganha também maior estabilidade.

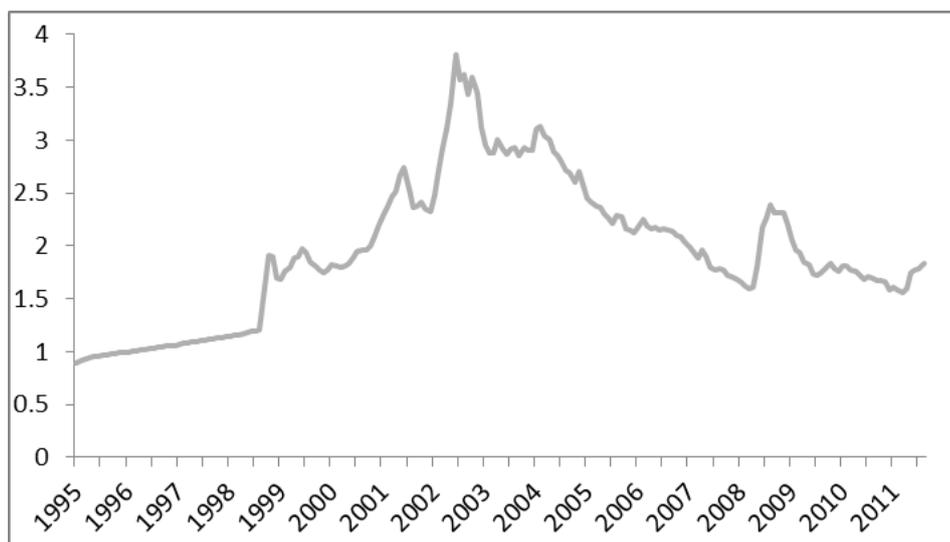
Ao recorrer ao Fundo Monetário Internacional-FMI, motivado pelo esgotamento das reservas internacionais o que, por sua vez, foi resultado do sistema de âncora cambial e do ambiente internacional conturbado, tal organismo fez a exigência de que o país passasse a trabalhar com meta explícita de superávit primário. Isto se fez possível por meio da continuidade da política de aperto fiscal iniciada no primeiro governo. Assim, se configura o tripé macroeconômico: câmbio flutuante, regime de metas de inflação e superávit primário.

Apesar do ano de 1999 ter sido um ano conturbado pela quebra das âncoras e novo acordo com o FMI, o ano de 2000 trouxe sinais de melhora com recuperação do crescimento

do produto, como pode ser visto na Tabela 2.1, principalmente devido ao ganho de credibilidade no cenário internacional resultante da bem sucedida desvalorização do real e do comprimento das condições impostas pelo FMI. Este ganho de credibilidade foi sentido por meio da elevação do nível de investimento estrangeiro e queda na taxa de juros (ver Gráfico 2.1). Este cenário favorável é revertido em 2001 em razão da crise do apagão, a qual afetou o fornecimento e distribuição de energia elétrica. Além disso, o ambiente internacional é bastante desfavorável¹⁶. Portanto, o crescimento econômico ficou prejudicado neste ano, houve fuga de capitais do país e redução do investimento estrangeiro o que resultou na desvalorização cambial, como pode ser visto no Gráfico 2.2 que mostra evolução mensal da taxa de câmbio. Além de ter sido sentido um impacto negativo de elevação da inflação (ver Tabela 2.1) e dos juros (ver Gráfico 2.1) como medida para conter estes movimentos.

Tal situação de incerteza foi agravada no ano seguinte em razão da provável eleição de Lula, candidato do PT, e do discurso de esquerda que o mesmo teve ao longo de sua carreira política. Estes fatores amedrontavam os investidores estrangeiros pela possibilidade do não comprometimento com a austeridade fiscal e com as metas de superávit primário. Este contexto contribuiu para um pior desempenho, em termos de crescimento econômico, no segundo governo FHC relativamente ao primeiro.

Gráfico 2.2- Evolução mensal da taxa de câmbio entre 1995 e 2011.



Fonte: Dados do Ipeadata. Elaboração própria.

2.2.1 Anos Lula

¹⁶ Ataque terroristas aos EUA e Moratória da Argentina podem ser citados aqui.

Como foi dito anteriormente, com a alta probabilidade da eleição de Lula, o discurso do PT, com orientação de esquerda, focado no não comprometimento com a austeridade fiscal e contra o capital financeiro passou, a partir de 2002, a assustar os investidores estrangeiros. A fuga de capitais resultante disto desvalorizou o real, pressionou a inflação, fez com que a equipe econômica do FHC elevasse os juros e resultou uma elevação do risco país.

Este forte impacto que a possibilidade de eleição de Lula teve sob a economia levou a uma considerável mudança tanto em seu discurso, quanto em suas atitudes ainda em 2002, aqui é possível citar: a nomeação de Antonio Palocci, que tinha uma posição mais centrista, para liderar a equipe econômica; a publicação da carta ao povo brasileiro, na qual o candidato se comprometia a manter as metas de superávit primário; e a publicação da nota sobre o acordo com o FMI, comprometendo-se a respeitá-lo. Mesmo com estas atitudes tão emblemáticas, não foi possível reverter o que ficou conhecido como “efeito Lula”, que resultou nas características anteriormente descritas.

O primeiro Governo Lula (2003-2006) se inicia, portanto, em um ambiente conturbado. Porém, logo em 2003 a equipe toma algumas medidas para que isto pudesse ser revertido. Em primeiro lugar, é definida uma equipe econômica comprometida com os princípios valorizados pela comunidade externa de investidores¹⁷. Em segundo lugar, há o estabelecimento das metas de inflação para os próximos anos (ver Tabela 2.1), as quais são determinadas de maneira a baixá-la gradualmente, o que é a mesma estratégia utilizada pela equipe econômica do FHC e que objetivava uma convergência das expectativas dos agentes. Em terceiro lugar, mantem-se uma política monetária restritiva através de elevação na taxa de juros para que a meta de inflação pudesse ser alcançada. Em quarto lugar, por fim, considerando que a elevação dos juros impactava negativamente na dívida pública, há um recálculo da meta de superávit primário para cima e tal meta é alcançada por meio do comprometimento com o princípio de austeridade fiscal.

Todas as ações descritas eram no sentido de indicar comprometimento, por parte da equipe econômica, com o tripé macroeconômico. As mesmas surtem o efeito esperado: conseguem acalmar os ânimos dos investidores estrangeiros, sendo que a partir da metade de 2003 eles já voltam a investir massivamente no país. Isto, aliado a um contexto internacional favorável de alta liquidez, faz com que o câmbio volte a se valorizar, como pode ser visto no

¹⁷ Palocci é nomeado Ministro da Fazenda e Henrique Meirelles presidente do Banco Central.

Gráfico 2.2, há redução do risco país, a inflação consegue se controlada, o que permite uma política monetária menos restritiva (redução da taxa de juros).

O segundo Governo Lula (2007-2010), mantém os princípios de estabilidade do primeiro, porém com a política monetária e fiscal já não mais tão restritiva. Esta mudança de comportamento se dá, principalmente, em razão da crise econômica mundial que levou o governo a adotar uma política anticíclica de estímulo ao consumo através da redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados- IPI em setores que sofreram considerável retração em decorrência da crise e a elevar os gastos públicos. Tal política foi tão bem sucedida, que mesmo em um ambiente internacional menos favorável, o segundo Governo Lula teve um resultado em termos de crescimento econômico melhor do que o primeiro, como pode ser visualizado na Tabela 2.1.

Algumas outras características dos Anos Lula valem a pena ser destacadas. Mesmo com o câmbio se mantendo em um patamar mais valorizado, as contas externas têm uma melhoria em sua situação, devido à elevação de exportação de *commodities* para a China e para a Índia, o que também auxiliou no acúmulo de reservas internacionais observadas ao longo deste período. Além disso, há uma acentuada redução da desigualdade resultante, entre outros fatores, da política de valorização do salário real e de diversos programas de cunho social. Apesar disso, em termos de competitividade, a industrial nacional continuou defasada e há uma baixa taxa de investimento na economia que, apesar de ter crescido, terminou o segundo Governo Lula ainda em patamares insuficientes.

Aqui se faz importante ressaltar o enfoque dado por Ramos (2003). Entre 1993 e 1996 o crescimento do PIB praticamente não se traduziu em geração de empregos formais, impactando de forma mais evidente na elevação dos empregos informais¹⁸. Esta observação era devida a dois fenômenos¹⁹: baixa elasticidade emprego-produto e precarização. Estes fenômenos foram agravados pela acentuada perda do emprego industrial resultante do já mencionado desempenho insatisfatório da indústria ao longo do primeiro governo FHC. Tal cenário muda drasticamente a partir do segundo governo FHC com as reformas que vieram com ele, representado pelo tripé macroeconômico. A partir de 1999 a elasticidade emprego-produto dá sinais de elevação e os empregos formais, por sua vez, passam a liderar a geração de novos empregos. Movimento este que tem continuidade ao longo dos Anos Lula. Estas se

¹⁸ Para mais informações a respeito da informalidade no período analisado, ver Seção 6 do Capítulo 3.

¹⁹ Tais fenômenos não foram exclusivos no Brasil, tratava-se, na verdade, de uma tendência observada mundialmente.

tratam de evidências de que a política macroeconômica pode influenciar na magnitude do impacto que o crescimento tem na criação de emprego.

Por fim, é importante considerar que o fato da situação econômica dos Anos FHC não ter sido favorável, se deve, em grande parte, a necessidade de ajuste e estabilização que a economia passou depois de anos de estagflação. Tendo sido bem sucedido neste quesito, o governo FHC abriu a possibilidade, para o período posterior, de uma maior prosperidade econômica. O governo Lula, ao adotar uma postura mais centrista, foi capaz de aproveitar a estabilização econômica para retomar o crescimento econômico que havia ficado estacionado desde que o país entrou na década perdida.

Capítulo 3

O mercado de trabalho brasileiro e a proximidade com o pleno emprego: análise dos dados

3.1 O debate acerca do pleno emprego no Brasil

O mercado de trabalho brasileiro, o qual tradicionalmente era caracterizado por uma oferta ilimitada de mão-de-obra e salários baixos, tem apresentado significativas mudanças em sua dinâmica nos últimos anos, sendo a taxa de desemprego uma das evidências destas transformações (PEREIRA e NASCIMENTO, 2012). O Gráfico 3.1 revela que, a partir de 2003, a taxa de desemprego (razão entre a população ocupada²⁰ e a PEA²¹) entrou em uma inegável tendência a queda: variando de 9,8% em 2003 (valor mais alto do período aqui avaliado) a 6,7% em 2011, movimento este contrário à tendência de elevação que prevaleceu entre os anos de 1995 (5,9%) a 1999 (9,7%).

Não só o comportamento da taxa de desemprego, como também, ainda de acordo com Pereira e Nascimento (2012), a observação de uma crescente dificuldade de se encontrar mão de obra na quantidade e na qualidade desejada, em especial nos setores que necessitam de maior qualificação, são os principais argumentos utilizados por aqueles que defendem que o Brasil esta se aproximando do pleno emprego. Outros analistas, por sua vez, como é o caso de Kon (2012), apontam a fragilidade desta argumentação a partir da qualidade estrutural das ocupações encontradas no mercado de trabalho, ou seja, as condições do mercado de trabalho ainda apresentariam precariedades responsáveis por afastar o pleno emprego dos horizontes prováveis para os próximos anos.

Este capítulo objetiva analisar a evolução de diferentes variáveis relacionadas ao mercado de trabalho brasileiro no período que vai de 1995 a 2011²² a partir dos dados da PNAD, de modo a identificar elementos para subsidiar o debate acerca da atual situação do

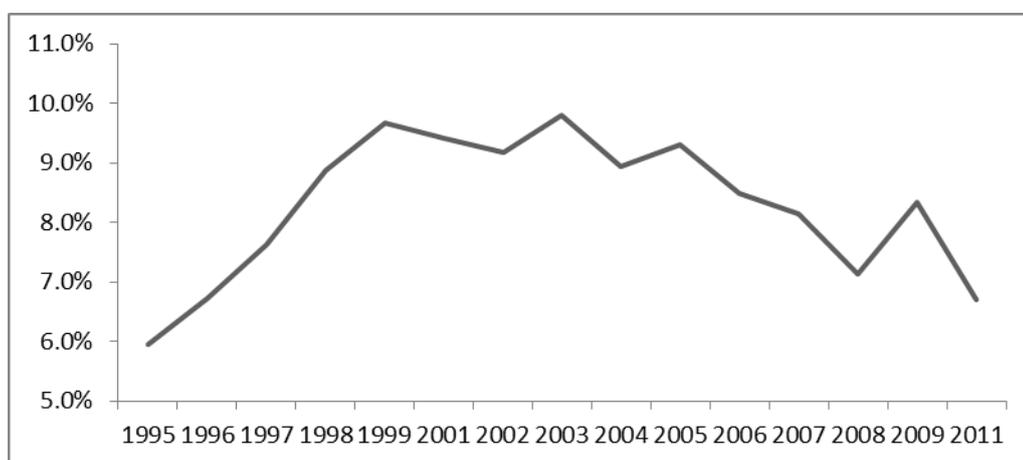
²⁰ São consideradas como pessoas ocupadas aquelas pessoas entre 16 e 65 anos que, na semana de referência, tinham trabalho durante todo ou parte desse período ou aquelas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve, etc.

²¹ É composta das pessoas de 16 a 65 anos, que se encontram ocupadas ou desocupadas (aquelas pessoas de 16 a 65 anos que não tinham trabalho, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva na semana de referência).

²² Os anos de 2000 e 2010 não constaram em nenhuma análise em razão da incompatibilidade existente entre os dados gerados pela PNAD e pelo CENSO (2000 e 2010).

mercado de trabalho brasileiro e sua proximidade com uma situação de pleno emprego. Dado esse objetivo, a Seção 3.2 faz uma análise geral dos movimentos da oferta e demanda de trabalho no período em questão. As seções seguintes (3.3-3.6), por sua vez, investigam questões mais específicas que podem ajudar a entender o atual aquecimento do mercado de trabalho brasileiro, sendo elas: a participação feminina, faixas etárias críticas (o trabalho infantil e a participação dos jovens), o perfil de qualificação do trabalhador brasileiro e o perfil da composição de ocupação (foco em ocupações de baixa produtividade: a informalidade, a produção para consumo próprio e o emprego doméstico). A Seção 3.7, por fim, traz um resumo dos resultados encontrados.

Gráfico 3.1- Evolução da taxa de desemprego entre 1995 e 2011.



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

3.2 Oferta e demanda por trabalho: uma perspectiva geral

Segundo a teoria neoclássica da oferta de trabalho, o indivíduo, ao maximizar a sua utilidade, determina o seu nível de consumo e a sua oferta de trabalho (RAMOS, 2012). Levando isto à opção extrema, os indivíduos que compõem a PIA²³ podem decidir se irão ou não participar do mercado de trabalho ou, em outras palavras, se irão fazer parte da PEA. Isto ocorre porque os indivíduos têm opções alternativas ao trabalho (como exemplo o estudo, os cuidados do lar entre outros).

Assim, a oferta de trabalho depende da decisão que estes indivíduos tomam de participar ou não do mercado de trabalho. Tal decisão, por sua vez, é baseada na comparação entre benefícios e custos. Sendo que os custos se determinam pelas chances que o indivíduo

²³ É composta de todas as pessoas de 16 a 65 anos.

tem de encontrar emprego no mercado de trabalho e também por aquilo que ele está renunciando fazer ao entrar no mercado (estudar, cuidar dos filhos), já os benefícios traduzem-se na remuneração paga pelo trabalho conseguido.

Sendo a taxa de desemprego, apresentada na sessão anterior, calculada com base nas pessoas que estão participando do mercado de trabalho, não seria correto utilizá-la como evidência exclusiva da trajetória da ocupação. Isto significa que é necessário avaliar também o movimento da oferta da mão de obra, ou seja, tentar compreender a evolução do número de pessoas em busca de trabalho ou trabalhando, relativamente àquelas em idade ativa. O IPEA (2012) ressalta, portanto, que uma investigação que busque compreender o fenômeno do pleno emprego na economia brasileira deve buscar também os determinantes da movimentação da PIA que resultam tanto na situação de atividade quanto de inatividade.

Entre 1995 e 2011 é possível identificar dois períodos com tendências distintas para a taxa de participação²⁴ (ver Gráfico 3.2). O primeiro deles, com a tendência nítida de elevação, vai até 2005 e o segundo vai de 2006 a 2011 e apresenta uma tendência de redução menos acentuada.

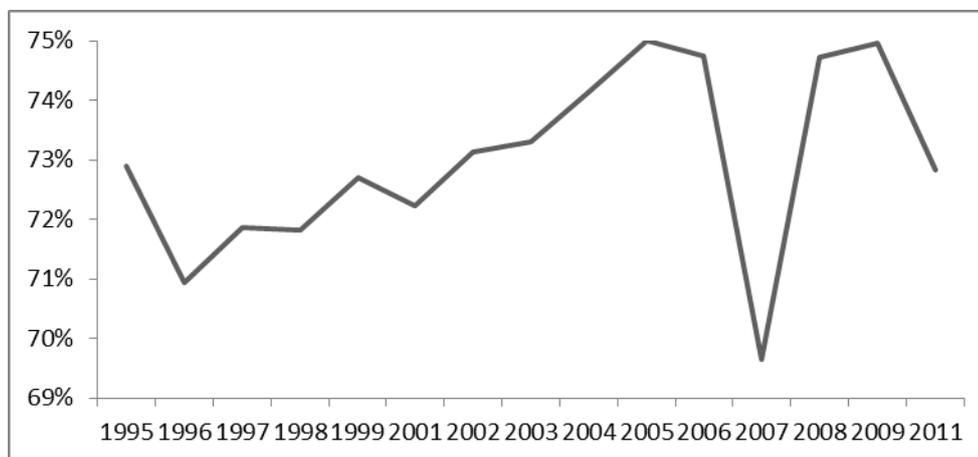
Entre 1996 e 2005 houve, portanto, uma nítida tendência crescente da taxa de participação, com variação entre 70,9% e 75,0%. Considerando o Gráfico 3.1 é possível constatar que durante o período que vai de 1995 a 1999 houve também uma elevação na taxa de desemprego. Até 1999 houve, ainda, um aumento da proporção de pessoas entrando no mercado de trabalho, com crescimento da PEA de 9,0%, relativamente ao crescimento da PIA (6,4%), porém tal aumento não foi acompanhado pela demanda por trabalho já que a massa de ocupados cresceu 5,6%, como revela a Tabela 3.1, que apresenta o crescimento da PEA, da PIA e da população ocupada em diferentes períodos.

Esta observação é condizente com o cenário econômico brasileiro da época (ver Capítulo 2): após passar por um longo período de estagflação e tentativas mal sucedidas de contê-la, o Plano Real (1994) foi capaz de estabilizar a economia brasileira, porém isto foi realizado às custas de uma política econômica restritiva, tanto monetária (juros foram mantidos extremamente elevados) quanto fiscal, o que aliado a um período externo conturbado prejudicou o crescimento da economia. A indústria nacional, por sua vez, foi desfavorecida por um câmbio elevado e uma abertura econômica sem precedentes no Brasil. Assim, o baixo crescimento econômico, o impacto negativo sobre o emprego industrial e a

²⁴ Relação entre a PEA e a PIA.

elevação da taxa de participação foram fatores que contribuíram conjuntamente para a elevação do desemprego observada neste período.

Gráfico 3.2- Taxa de participação entre 1995 e 2011²⁵.



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

A partir de 2000 o país entra em ciclo de aquecimento econômico. Assim, entre 2001 e 2005, como se pode constatar a partir da Tabela 3.1, há um aumento dos postos de trabalho, com elevação da massa de ocupados em 13,5%, que acompanha o crescimento da PEA, fazendo com que, apesar das flutuações, a taxa de desemprego se mantivesse praticamente inalterada entre o início e o final deste período. Mesmo assim, continua havendo elevação da PEA de 13,5% comparativamente ao crescimento da PIA de 9,3% (a taxa de participação segue na sua trajetória de elevação). Ou seja, a situação positiva da economia eleva a demanda por trabalho, mas isto não é visível na taxa de desemprego porque há também uma grande entrada de pessoas no mercado, pessoas estas que muito provavelmente não estavam participando da PEA antes em razão dos elevados custos de se encontrar emprego em um contexto recessivo.

Entre 2006 e 2011, por sua vez, o país continuava em seu ciclo de expansão, quando em 2009 explodiu a crise econômica mundial e seus efeitos recessivos, dos quais o Brasil se recuperou rapidamente (recuperação da tendência à queda do desemprego é rápida- ver Gráfico 3.1). A tendência à queda da taxa de participação (variou de 75,0% a 72,8%- ver Gráfico 3.2), portanto, não foi tão acentuada quanto a tendência de elevação no período

²⁵ Ao longo do presente capítulo os dados referentes à PNAD 2007 devem ser olhados com certo cuidado pelo leitor, uma vez que eles representam evidente discrepância com relação aos outros anos da série em hora analisada.

posterior. Assim, neste período observam-se dois movimentos a partir da Tabela 3.1: a PIA crescendo mais do que a PEA (7,6% comparados a 4,9%) e a massa de ocupados cresceu 6,9% (mais do que a PEA). Ambos os movimentos contribuem para a observada redução da taxa de desemprego dos anos mais recentes.

Tabela 3.1- Crescimento da PEA, PIA e População Ocupada.

Período	1996-1999	2001-2005	2006-2011
Varição da PIA	6.4%	9.3%	7.6%
Varição da PEA	9.0%	13.5%	4.9%
Varição da População Ocupada	5.6%	13.5%	6.9%

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Assim, a redução no desemprego observada recentemente não é evidência suficiente da aproximação do mercado de trabalho brasileiro de uma condição de pleno emprego, pois contribuiu para isto o fato de que das pessoas que poderiam estar no mercado de trabalho, um número menor fez esta opção nos últimos anos (período entre 2006 a 2011). Assim, as próximas seções tem o objetivo de investigar mais a fundo as transformações pelas quais passou o mercado de trabalho brasileiro em busca de elementos que auxiliem na compreensão destes movimentos.

3.3 A mulher brasileira e o mercado de trabalho

O crescimento substancial da participação feminina na força de trabalho é uma característica marcante do mercado de trabalho nas economias mais desenvolvidas desde o século XX (KILLINGSWORTH e HECKMAN, 1986). Tradicionalmente a mulher tem uma opção alternativa à participação na PEA: o cuidado da casa e dos filhos. Assim, em um contexto de mercado de trabalho mais aquecido, quando a remuneração se torna mais elevada e os custos de procurar emprego são mais baixos, os benefícios da entrada no mercado ou o salário que será recebido compensam os custos (de deixar o cuidado do lar e/ou de procurar um trabalho) para um contingente cada vez maior de mulheres.

Embora muitas pesquisas apontem para uma crescente e mais diversificada participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro a partir da década de 70 (BRUSCHINI, 1989), para se tirar qualquer conclusão acerca da aproximação do pleno emprego é de extrema importância analisar como se dá este movimento nos últimos anos. Caso seja constatado que há uma maior participação das mulheres, haveria então menor disponibilidade de mão de obra (menos pessoas estariam optando por ficar de fora da PEA) ou, visto de outra maneira, mais mulheres estariam tomando a decisão de entrar no mercado de trabalho porque para elas os benefícios estariam superando os custos de fazê-lo. E isto, por sua vez, seria uma evidência de um mercado de trabalho com pouca folga.

Há um grande contraste entre as trajetórias seguidas pela participação feminina e masculina, como é possível constatar no Gráfico 3.3, que traz a evolução da taxa de participação por sexo entre 1995 e 2011.

Se for observado o período como um todo, é possível distinguir que, por um lado, a participação feminina seguiu uma trajetória ascendente, variando de 58,0% a 61,6%. Por outro lado, a participação masculina seguiu uma trajetória de queda, sendo que a taxa de participação caiu de 88,7% em 1995 para 84,9% em 2011. De acordo com o IPEA (2013) estes movimentos em direções contrárias da participação masculina e feminina são condizentes com a realidade dos países desenvolvidos e, apesar de implicarem em uma maior igualdade de participação entre os sexos, a desigualdade ainda é grande comparativamente a outros países do mundo, citando-se como exemplo os Estados Unidos.

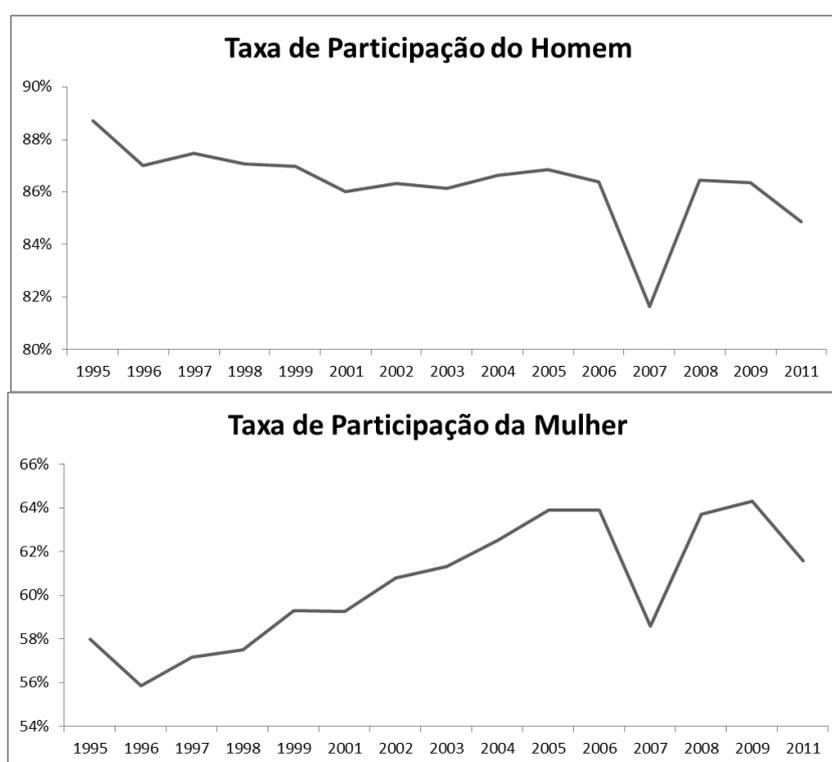
É importante ressaltar ainda quem mesmo que entre 1995 e 2011 a participação feminina tenha crescido, há um decréscimo de 2,7 pontos percentuais entre 2009 e 2011, o que pode ser considerado como uma forte evidência contrária à hipótese de pleno emprego. A este fato é importante acrescentar que caso a taxa de participação das mulheres em 2011 fosse igual à dos homens, haveria um contingente de aproximadamente 15.905.524²⁶ novas mulheres participando da PEA. A grande questão é, portanto, buscar avaliar se haveria demanda de trabalho para assimilar este novo contingente de trabalhadoras se elas decidissem entrar no mercado. A análise da taxa de desemprego pode auxiliar nisto.

É previsível que o desemprego feminino seja superior ao masculino, o que fica evidenciado no Gráfico 3.4, que apresenta a evolução da taxa de desemprego entre 1995 e 2011 por sexo. O desemprego masculino variou de 5,1% (1995) a 4,8% (2011), sendo que o pico do período analisado foi em 1999, representando uma taxa de 7,9%. Fazendo a análise

²⁶ A partir da PNAD 2011 estima-se que haja 67.934.494 mulheres participando da PIA e que a PEA, por sua vez, seja composta por 95.650.612 mulheres.

análoga para as mulheres, a variação foi de 7,2% a 9,1% entre 1995 e 2011, sendo o pico em 2003, com uma taxa de 12,4%, a partir de quando a taxa de desemprego feminina adquire uma tendência bastante nítida de redução. Quando se considera todo o período analisado, o desemprego masculino se reduziu enquanto o feminino aumentou como resultado de um aumento maior da oferta de trabalho feminina (95,9%) relativamente ao crescimento dos postos de trabalho ocupados por mulheres (49,1%). Apesar disso, entre 2003 e 2011 há uma tendência nítida de queda do desemprego entre as mulheres, a qual, por sua vez, resulta do aumento de uma oferta de trabalho feminina (15,8%) menor do que o crescimento dos postos de trabalho ocupados por mulheres (20,7%).

Gráfico 3.3- Taxa de participação entre 1995 e 2011 por sexo.

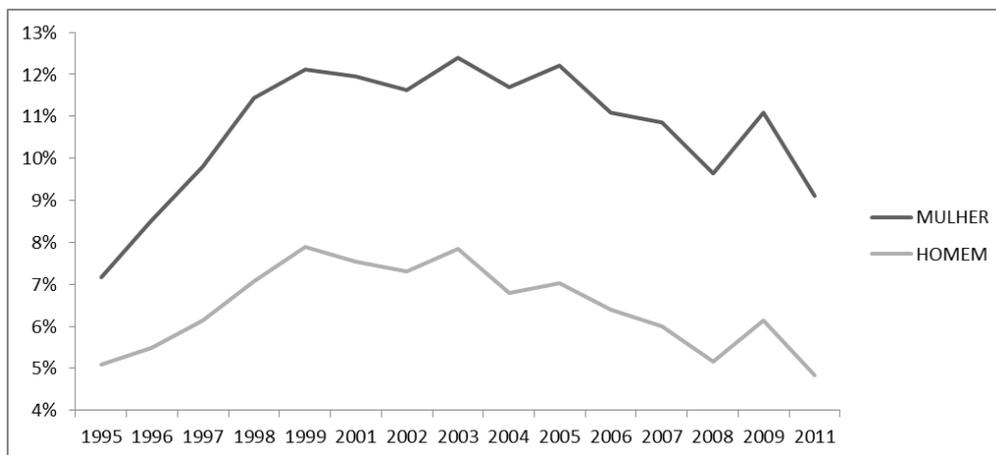


Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Mesmo que o nível de ocupação das mulheres tenha se elevado, é importante ressaltar dois pontos: em primeiro lugar, houve uma recente queda na taxa de participação das mulheres entre 2009 e 2011 e, em segundo lugar, destaca-se o fato da taxa de participação feminina se encontrar ainda muito baixa, principalmente quando são consideradas as taxas de economias mais desenvolvidas como os EUA, por exemplo (IPEA, 2013). Assim, há um grande contingente de mulheres fora do mercado e uma proporção relativamente maior de

homens que não estão participando da PEA (redução na taxa de participação masculina ao longo do período analisado). Isto aliado ao fato de haver uma taxa de desemprego feminino considerável sugere que há ainda espaço para o crescimento no emprego das mulheres.

Gráfico 3.4- Taxa de desemprego entre 1995 e 2011 por sexo.



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Dessa forma, a análise da evolução da situação feminina no mercado de trabalho brasileiro revela evidências contrárias à hipótese de pleno emprego, já que há um grande potencial de mão de obra não aproveitado nas mulheres e, mais do que isso, destaca-se a necessidade de estudar mais a fundo as transformações pelas quais passaram ou estão passando as mulheres brasileiras e que resultaram no recente movimento de redução de sua taxa de participação, que contrapõem o movimento de elevação que esta variável vinha tendo entre 2003 e 2009.

3.4 O comportamento das faixas etárias críticas

Para uma compreensão mais completa do que vem ocorrendo no mercado de trabalho nos anos recentes é importante compreender os movimentos tomados pelas faixas etárias mais críticas quando se trata de mercado de trabalho: as crianças e os jovens. Assim, a presente sessão é dividida em duas subseções: o trabalho infantil e os jovens.

3.4.1 O trabalho infantil

Não há consenso sobre causas e efeitos do trabalho infantil: por um lado o trabalho infantil pode ser visto como uma forma de engajar a criança ou adolescente em um exercício que lhe pode ser útil na idade adulta (adquirindo alguma habilidade ou aprendendo um ofício na prática). Por outro lado, ele pode ser considerado uma forma de exploração de uma pessoa em situação frágil. Porém, o que não pode ser negado é que o trabalho infantil guarda forte relação com a pobreza, sendo utilizado como forma de enfrentar situações de privações econômicas. Para o caso brasileiro, ficou comprovado que havia correlação negativa entre trabalho infantil e escolaridade, bem como uma correlação negativa entre o trabalho infantil e renda futura do trabalhador quando adulto (SOUZA, 2003).

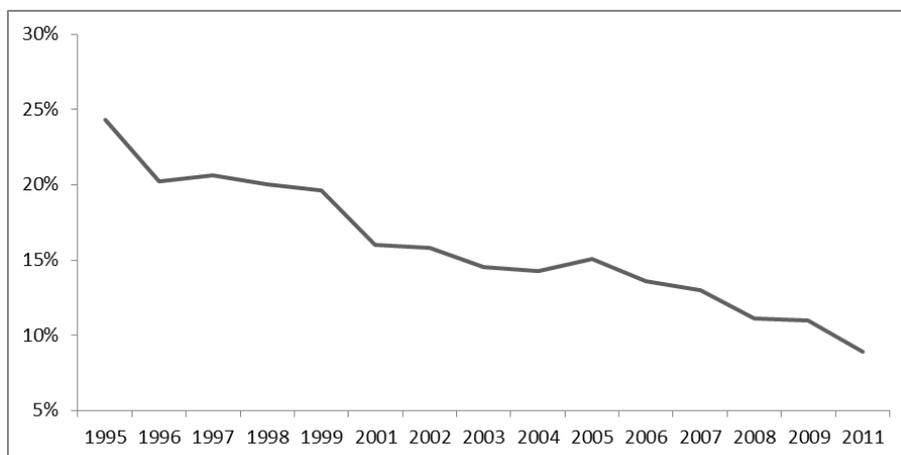
Esta se trata de uma questão importante a ser aqui avaliada, porque segundo Kon (2012), a situação de pleno emprego se relaciona fortemente com elevação do nível de bem-estar da população e a redução da precariedade, não se tratando apenas de uma questão quantitativa. Tal afirmação se baseia na noção da OIT de que o pleno emprego deve ser acompanhado de trabalho decente, o qual sintetiza as aspirações de todos os trabalhadores no que diz respeito à igualdade de acesso ao trabalho produtivo, em condições de liberdade, igualdade, segurança e dignidade. A noção de trabalho decente inclui a abolição do trabalho infantil, o que faz sentido no contexto brasileiro no qual ele está relacionado com baixos níveis de renda e de escolaridade.

O Gráfico 3.5 revela uma tendência bastante nítida e sem oscilações de queda na taxa de participação infantil. A mesma variou de 24,3% em 1995 a 8,9% em 2011. Sendo que a taxa média de variação do número de crianças participando do mercado de trabalho ao longo de todo o período foi equivalente a um decréscimo anual de 6,1%. Além disso, se for considerada a quantidade de crianças participando do mercado de trabalho, elas eram 5.133.643 em 1995 em comparação com as 1.854.945 em 2011, ou seja, no final do período havia 3.278.698 crianças a menos no mercado de trabalho do que havia no começo. Assim, a redução no trabalho infantil durante todo o período é indiscutível, embora ainda haja um contingente considerável de crianças que estão participando do mercado de trabalho.

Em estudo que busca compreender as causas da redução do trabalho infantil na década de 90, Santos e Souza (2007) identificaram que mudanças em variáveis educacionais e no background familiar são mais importantes para a explicação do fenômeno estudado do que mudanças nas condições do mercado de trabalho. Isso indica que a redução do trabalho infantil observada guarda fortes relações com as melhorias econômicas (redução da pobreza)

e educacionais ocorridas no Brasil. Tendo isto um impacto maior no trabalho infantil do que a forma como evoluiu o mercado de trabalho nas duas últimas décadas.

Gráfico 3.5- Taxa de participação infantil (10 a 15 anos) entre 1995 e 2011.



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

3.4.2 Os jovens e o mercado de trabalho brasileiro

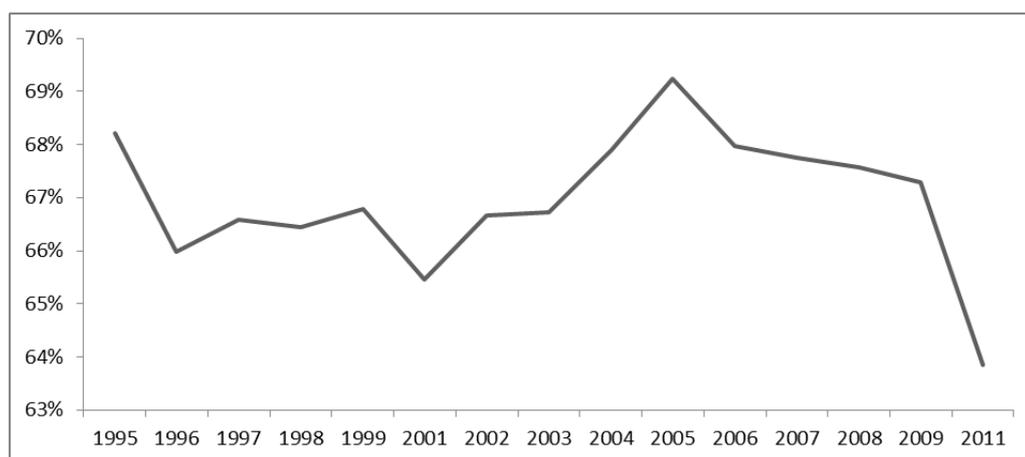
A juventude é considerada por alguns um momento crítico na vida de um indivíduo: quando são tomadas decisões de entrar ou não no mercado de trabalho e/ou de parar ou continuar estudando. Qualquer que seja a escolha, ela provavelmente terá impactos no tipo de emprego e a renda futuros. De acordo com a OIT (2009), há dificuldade em prever o movimento da oferta de trabalho por parte dos jovens, em primeiro lugar, porque esse padrão de encarar a juventude como um período de transição (de tomada de decisão) não é aplicável a todos e, em segundo lugar, porque estes padrões estão se tornando cada vez mais complexos, devido às alterações ocorridas no mundo do trabalho e nos arranjos familiares e ao prolongamento de expectativa de vida média das pessoas.

Este momento de decisão pelo qual passam alguns jovens pode ser influenciado por diversos fatores. De acordo com Camarano (2006), o processo de reestruturação econômica e adoção de novas tecnologias, por exemplo, resulta numa dependência cada vez menor de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, requerem uma qualificação maior para ocupação dos postos de trabalho. Isto poderia influenciar na escolha dos jovens, resultando tanto em uma maior demora por parte dos mesmos a entrar no mercado de trabalho, quanto em um maior número de pessoas nesta faixa etária se qualificando enquanto trabalham. Tal decisão poderia estar

relacionada, ainda, com outras questões, como maior educação dos pais e maior renda das famílias, que permitiria a um número maior de jovens adiar a sua entrada no mercado de trabalho.

Tendo isto em vista, o Gráfico 3.6, que traz a taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho, constata-se que, apesar de não haver uma tendência contínua em sua taxa de participação no período com um todo, a partir de 2005 inicia-se uma tendência evidente a queda: entre 1996, quando 66,0% dos jovens participavam do mercado, e 2005, quando esse percentual era de 69,2%, a tendência, com poucas oscilações, era de um maior número de jovens ou ocupados ou em busca de um emprego. Já a partir de 2005 esta tendência é revertida, resultando nos 63,8% de participação juvenil observados no mercado de trabalho em 2011.

Gráfico 3.6- Taxa de participação dos jovens (16 a 24 anos) entre 1995 e 2011.



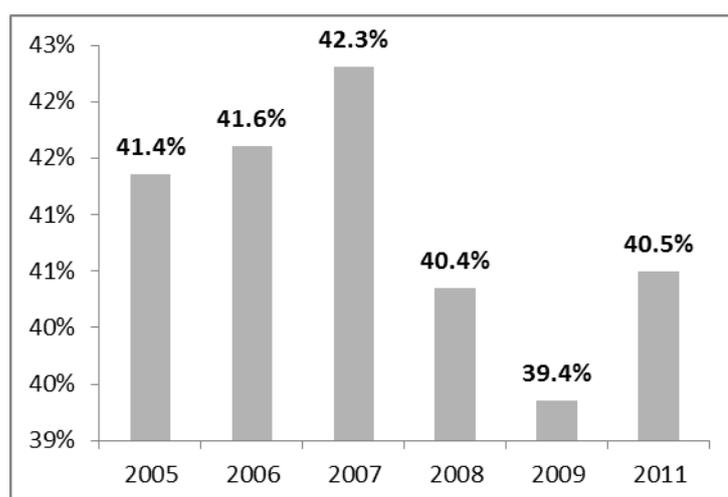
Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Uma possível explicação para redução na participação do mercado de trabalho por parte dos jovens observada a partir de 2005 é o maior número de jovens que optam por atrasar sua entrada no mercado com o objetivo de obter uma maior qualificação. Sendo este o caso, a redução da proporção de jovens empregados ou em busca de um emprego não representaria um ponto crítico para o mercado de trabalho brasileiro e nem uma possibilidade factível de expansão da oferta de trabalho para um mercado que está possivelmente aquecido, já que haveria benefícios econômicos, na forma de ganhos de produtividade futuros, em razão deste maior grau de qualificação dos jovens.

Contra esta posição é possível argumentar que não necessariamente há a necessidade de atrasar a entrada no mercado de trabalho para conseguir uma maior qualificação, ou seja,

existe a possibilidade de conciliar estas duas funções. Além disso, se por um lado uma maior escolaridade pode facilitar na hora de encontrar emprego, por outro lado uma maior experiência profissional também pode ser um diferencial e esta característica, por sua vez, pode ser prejudicada pelo adiamento da entrada no mercado (OIT, 2009). Com relação ao caso brasileiro, o Gráfico 3.7 traz a proporção de jovens que não fazem parte da PEA e que também não estão estudando desde 2005 (ano em que passou a observa-se um tendência a queda na taxa de participação dos jovens), este grupo é conhecido na literatura como “nem-nem” (MENEZES; CABANAS E KOMATSU, 2013). É possível observar que entre 2005 e 2007 esta proporção se elevou (de 41,4% a 42,3%), porém de 2007 a 2009 a tendência foi de queda, chegando-se ao mínimo do período (39,4%). Por fim, em 2011, a proporção subiu, alcançando 40,5%.

Gráfico 3.7- Proporção dos jovens (16 a 24 anos) que não fazem parte da PEA e que não estão frequentando a escola.



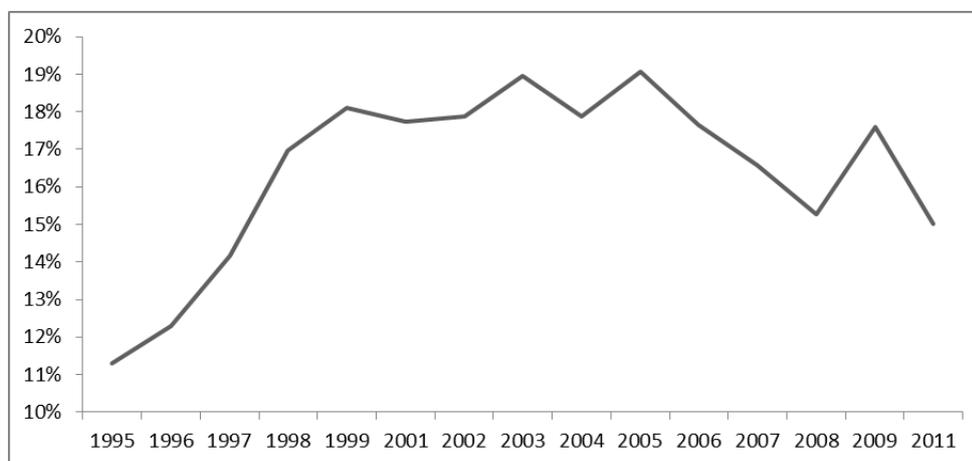
Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Além de ser um percentual bastante alto, o que preocupa a respeito do comportamento da proporção de jovens fora do mercado de trabalho e que também não estudam é o recente crescimento entre 2009 e 2011. Em um momento que se fala em um grande aquecimento do mercado de trabalho, não seria previsível que esta proporção aumentasse uma vez que, a não ser que houvesse um grande custo de entrar no mercado de trabalho (deixar de estudar, por exemplo), o esperado é que os jovens estivessem participando da PEA. Tal alerta é dado pelo IPEA (2013) que, além de considerar esta uma evidência contrária à hipótese de pleno emprego (há possibilidade da expansão da oferta de trabalhos por parte dos jovens que não

estudando), afirma ser necessário compreender os determinantes da decisão deste elevado percentual de jovens que estão optando por não participar do mercado de trabalho e não frequentar a escola.

Menezes, Cabanas e Komatsu (2013), por sua vez, mostraram que este aumento observado de jovens “nem-nem” é resultado do aumento no tempo médio de permanência nesta situação. Por este período ser, em média, curto e por haver indícios de grande rotatividade dessa situação, concluiu-se que a situação “nem-nem” é transitória em grande parte dos casos. Apesar disso, foi observado um nível preocupante da taxa de inativos que não estudam (nem-nem) sem formação completa no Ensino Fundamental, com taxas de entrada e duração média de permanência nesta situação significativamente maiores do que os de jovens com graus de escolaridade maiores. Assim, argumenta-se que o fenômeno “nem-nem” não é em si preocupante, porém é crítico que grande parte deste grupo seja composto de jovens com escolaridade mais baixa, já que isto passa a constituir um grupo em condições de competição no mercado de trabalho muito desfavoráveis. Seria preciso, portanto, investigar com maior detalhe os determinantes dessa situação.

Gráfico 3.8- Evolução da taxa de desemprego dos jovens (16 a 24 anos) entre 1995 e 2011.



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Outro fator que pode contribuir para estes jovens se manterem fora do mercado de trabalho é a dificuldade de encontrar emprego, o que tornariam os custos de participar da PEA altos, sendo compensado pelos benefícios para uma quantidade menor de jovens. O Gráfico 3.8 revela a evolução da taxa de desemprego entre os jovens. É possível perceber que a partir de 2005 esta variável entra em uma trajetória mais nítida de queda, variando de 19,1% a 15,0%, porém como isto vem acompanhado também de uma redução na taxa de participação

dos jovens (ver Gráfico 3.7) não necessariamente implica que haja uma maior demanda por mão de obra jovem. Em realidade, entre 2005 e 2011 houve uma redução de 1.565.109²⁷ jovens ocupados.

Além disso, quando se comparam as taxas de emprego gerais e dos jovens, na maioria dos países, os jovens apresentam uma taxa de desemprego muito elevada e superior à dos adultos (OIT, 2009). Para o caso brasileiro, o contraste entre a taxa de desemprego geral (de 16 a 65 anos, representada no Gráfico 3.1) e a taxa de desemprego dos jovens aumentou ao longo do período analisado: em 1995 a segunda era 1,9 vezes a primeira, em 2005 esta proporção era 2,05 e, por fim, em 2011 alcançou-se a marca de 2,2 vezes.

De tudo o que foi visto, constata-se que a redução na taxa de participação dos jovens é, em primeiro lugar, uma evidência contrária à hipótese de pleno emprego já que é grande e, nos anos recentes, crescente a proporção de jovens na condição “nem-nem”, o que significa uma possibilidade de expansão da oferta de trabalho. Em segundo lugar, trata-se de uma preocupação, uma vez que proporções maiores de jovens que não se qualificam e nem ganham experiência podem representar menor ganhos de produtividade no futuro. Embora, Menezes, Cabanas e Komatsu (2013) argumentem que o grupo de jovens nesta situação seja bastante rotativo e o tempo médio de permanência seja baixo, ainda assim trata-se de um ponto crítico pelo fato deste grupo ser composto por um grande número de jovens de escolaridade mais baixa e que tendem a ficar por um período mais longo nesta condição. A dificuldade de encontrar emprego pode, ainda, estar contribuindo para esta situação, como foi visto, apesar da taxa de desemprego dos jovens ter reduzido, ela se reduziu menos do que a taxa de desemprego geral e, além disso, desde que a taxa de participação iniciou sua tendência de queda (2005) houve uma considerável redução do número de jovens ocupados.

Assim, segundo tanto o IPEA (2013) quanto Menezes, Cabanas e Komatsu (2013), esta se trata de uma questão complexa que dificilmente seria rapidamente esgotada e sobre a qual seria importante a realização de estudo bastante aprofundado para compreender as razões dos movimentos observados.

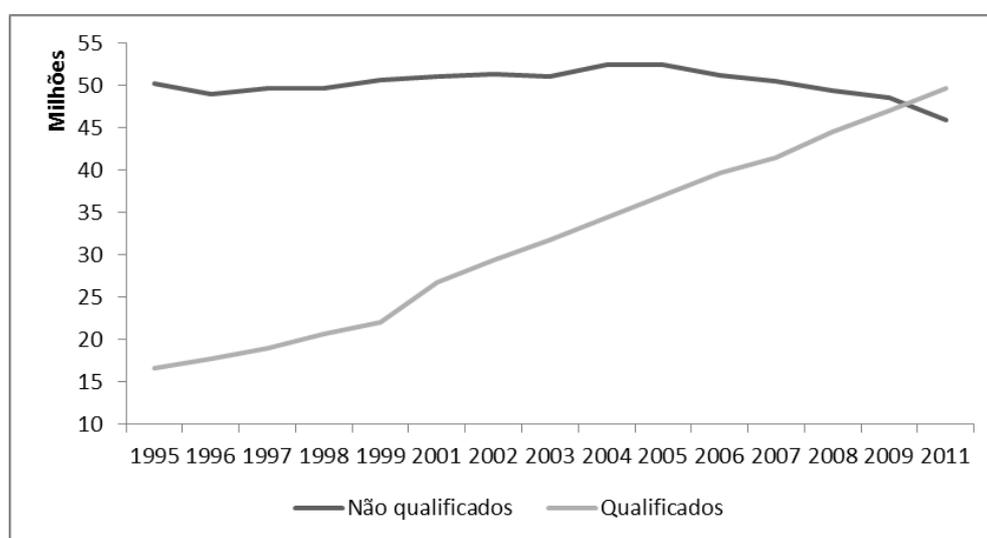
3.5 A qualificação: perfil da oferta e da demanda de trabalho

Surgiu recentemente uma hipótese acerca da existência de escassez de mão de obra qualificada no Brasil. O debate estaria se dando em ambiente amplo (atingindo desde a mídia

²⁷ Diferença entre a quantidade de jovens (16 a 24 anos) que estavam ocupados (aqueles que, na semana de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam) em 2005 (17.666,319) e em 2011 (16.010.210).

até a academia) e sugere que esta escassez, se não surgiu, ao menos se agravou recentemente. Assim, o apagão de mão de obra, ou o estado de pleno emprego que tanto se fala estaria acontecendo de forma mais intensa nos setores/ mercados em que há a necessidade de uma mão de obra mais qualificada. Com objetivo de avaliar esta hipótese, os anos de estudos são utilizados como medida da qualificação do indivíduo²⁸. Embora esta se trate de uma medida imperfeita, ela é amplamente utilizada na literatura e acaba por fornecer uma aproximação razoável para o nível de capital humano (IPEA, 2013).

Gráfico 3.9-Evolução da oferta de trabalho por nível de qualificação entre 1995 e 2011.



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

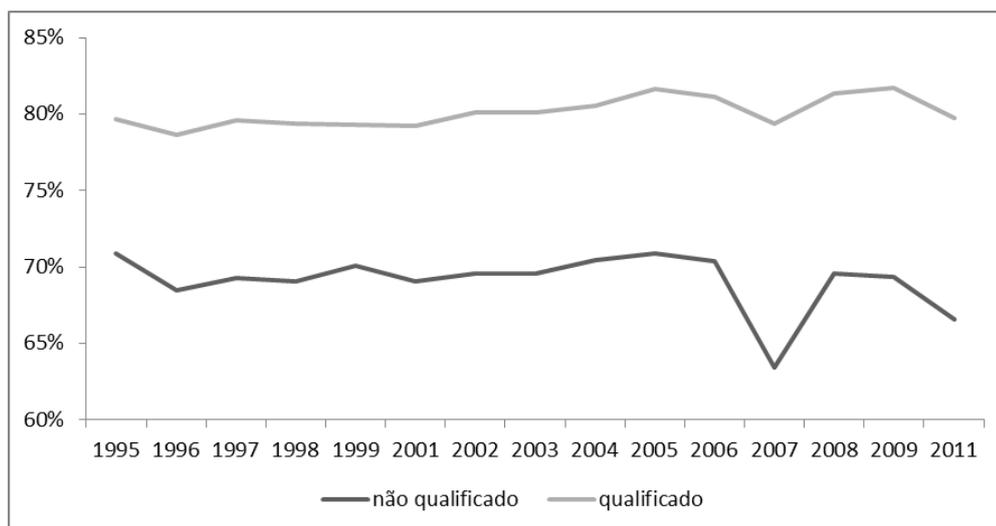
O Gráfico 3.9 traz a evolução da quantidade de trabalhadores que fazem parte da PEA por nível de qualificação. Enquanto a oferta de trabalhadores qualificados tem uma nítida tendência crescente, variando de cerca de 17 a aproximadamente 50 milhões, a oferta de trabalhadores não qualificados tem uma tendência estável, porém com queda não muito acentuada no final do período observado (variação de aproximadamente 50 a 46 milhões). A partir de 2009 a oferta de trabalhadores qualificados supera a de não qualificados. Essa drástica elevação na qualificação da oferta de trabalho guarda grande relação com a expansão do ensino superior que, por sua vez, de acordo com Stavallieri (2007) foi suportado principalmente pelas instituições privadas (quando comparada com as instituições públicas federais, estaduais ou municipais). Além disso, o Gráfico 3.10 indica que, apesar da taxa de

²⁸ Foram criados dois grupos de indivíduos que compõem a PEA (16 a 65 anos) com base nos anos de estudos: aqueles que possuem de 0 a 9 anos de estudos são considerados não qualificados e os de 10 ou mais anos de estudo são considerados qualificados.

participação dos trabalhadores qualificados ser superior a dos trabalhadores não qualificados ao longo do período, a tendência de ambas as variáveis mantém-se constante (com exceção da leve queda sofrida na taxa de participação dos trabalhadores não qualificados ao final do período analisado).

Com relação à ocupação por nível de qualificação, o Gráfico 3.11 revela a composição em termos de qualificação do total de ocupados. Há uma nítida inversão do perfil de ocupação dos postos de trabalho: houve uma elevação da proporção de postos de trabalho ocupados por trabalhadores qualificados com relação aos ocupados por trabalhadores não qualificados entre 1995 (proporção era 75,0% de não qualificados contra 25,0% qualificados) e 2011 (48,2% não qualificados contra 51,8%), sendo que a partir de 2009 os postos de trabalho ocupados por trabalhadores qualificados supera a quantidade de postos de trabalho ocupados por trabalhadores não qualificados. O perfil do desemprego, por sua vez, apresenta um comportamento semelhante. Como é possível observar no Gráfico 3.12, o qual traz a composição do nível de qualificação em termos absolutos. Se em 1995 havia 0,9 milhões de desempregados qualificados para 3.1 milhões de não qualificados (uma proporção de 23,0% para 77,0%), em 2011 eram 3,5 milhões de qualificados para 2,9 milhões de não qualificados (uma proporção de 54,4% para 45,6%).

Gráfico 3.10- Evolução da taxa de participação por nível de qualificação entre 1995 e 2011.



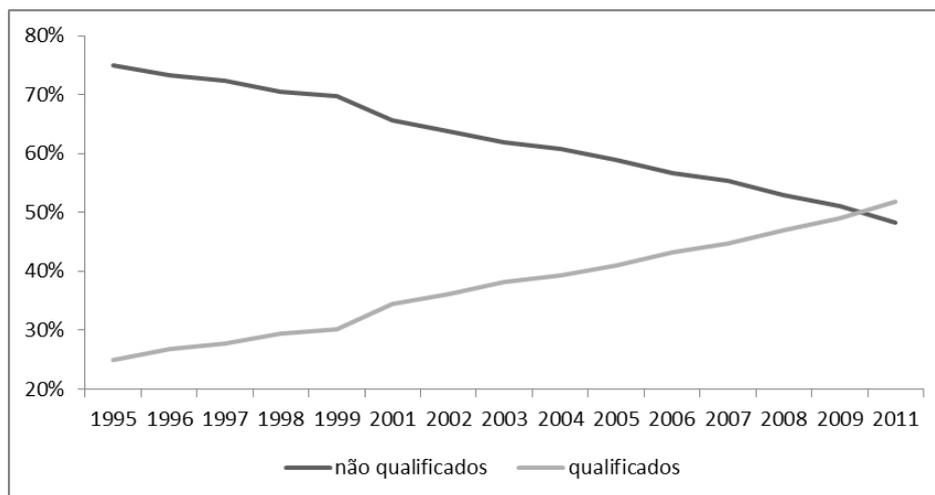
Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

De tudo que foi visto, é possível concluir que o perfil da oferta de trabalho se alterou enormemente, sendo que cresceu muito o contingente de trabalhos qualificados (tanto em termos absolutos, quanto em relação ao número de trabalhadores não qualificados). Isto

acontece simultaneamente a uma alteração no perfil da ocupação dos postos de trabalho, já que um número maior de postos de trabalho passa a ser ocupado por trabalhadores qualificados. A alteração no perfil de qualificação da ocupação, porém, não pode ser considerada como evidência suficiente de escassez da oferta de mão de obra qualificada, visto que aliado a este fato é importante avaliar a alteração no perfil do desemprego que, por sua vez, revela elevação dos trabalhadores qualificados que querem trabalhar, mas por alguma razão não conseguem (tanto em termos absolutos, quanto em relação aos trabalhadores não qualificados).

Do lado da demanda, por sua vez, é importante destacar a dificuldade para avaliar alterações no perfil de qualificação requerido pelos postos de trabalho: dizer que mais postos de trabalho estão sendo ocupados por trabalhadores qualificados não equivale a dizer que os postos de trabalho exigem necessariamente uma maior qualificação, já que isto pode estar ocorrendo como resultado de uma maior qualificação da oferta de trabalho.

Gráfico 3.11- Evolução da proporção de qualificação dos ocupados entre 1995 e 2011.

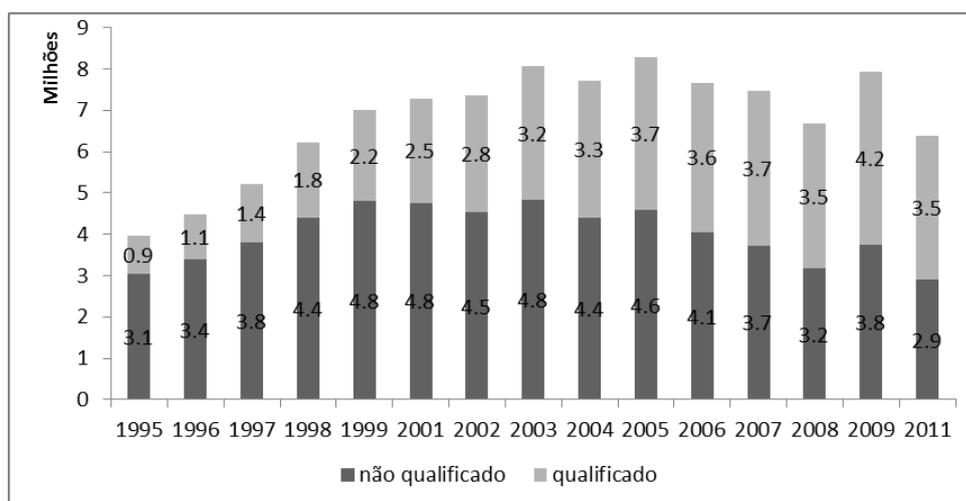


Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Assim, embora não seja possível avaliar se houve alteração no perfil de qualificação requerido pela demanda de trabalho, concluiu-se que não há escassez da mão de obra qualificada, uma vez que a oferta crescente e o perfil de desemprego deixa claro que existem trabalhadores qualificados que gostariam de estar trabalhando, porém não estão. Tal resultado está de acordo com as conclusões de IPEA (2013), o qual chama atenção, ainda, para três aspectos relevantes acerca desta discussão: em primeiro lugar, ressalta-se que, se existe alguma escassez, esta seria na mão de obra não qualificada (tendo em vista tanto o perfil da

oferta, quanto o perfil do desemprego); em segundo lugar, o resultado encontrado não elimina a possibilidade de que setores específicos possam ter experimentado a escassez de profissionais especializados, já que se trata de uma análise do comportamento geral do mercado de trabalho brasileiro; e, em terceiro lugar, dizer que não há escassez de mão de obra qualificada não é equivalente a dizer que a qualificação do trabalho no Brasil seja suficiente, pelo contrário, ela segue baixa, indicando que haja espaço para grandes ganhos futuros.

Gráfico 3.12- Evolução do nível de qualificação dos desempregados entre 1995 e 2011.



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

3.6 Alteração no perfil da ocupação: o setor informal, a produção para consumo próprio e o trabalho doméstico

No modelo proposto por Conseiul e Foguel (2011) o foco se dá na contratação, por parte das empresas formais, de trabalhadores provenientes do desemprego ou do setor informal²⁹. Assim, a origem dos trabalhadores contratados pelas empresas formais é influenciada pelo ciclo econômico, sendo que a participação do emprego dessas firmas cresce quando a economia está em expansão. Considerando-se que os trabalhadores desempregados tendem a ter um salário de reserva³⁰ menor do que os indivíduos que tem emprego no setor informal, quando o desemprego é alto as firmas formais podem oferecer um salário baixo para contratar principalmente os trabalhadores que se encontram sem emprego. Na medida em que

²⁹ Os trabalhadores ocupados no setor informal aqui são definidos como sendo os trabalhadores sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência.

³⁰ “...valor que iguala o valor presente do fluxo de utilidade esperado na posição em que o trabalhador está.” (Conseiul e Foguel, 2011, pp10-11)

a economia se expande, o contingente de trabalhadores desempregados se reduz e as empresas formais passam a oferecer salários maiores. Esta elevação da remuneração possibilita que as firmas formais recrutem relativamente mais trabalhadores das firmas informais, aumentando assim o grau de formalização do mercado de trabalho³¹.

A partir do modelo descrito e considerando que os trabalhadores ocupados na produção para consumo próprio³² tem um salário de reserva bastante baixo, o reduzido nível de produtividade deste tipo de ocupação faz com que haja um processo de recrutamento, por parte das empresas formais, semelhantes ao do setor informal: expandindo o recrutamento na medida em que os salários das empresas formais se elevam como resposta ao aquecimento do mercado de trabalho.

Para o trabalho doméstico³³ (seja com ou sem carteira assinada), por sua vez, é possível fazer uma análise análoga: certamente o salário de reserva destes trabalhadores é superior ao dos desempregados, porém na medida em que a economia se expande e, como foi visto, o contingente de trabalhadores desempregados se reduz, o nível salarial das empresas formais se eleva também, assim menos famílias empregadoras são capazes de arcar com os custos de contratação de seus empregados domésticos, e é previsível que haja uma alteração no perfil de ocupação. Sendo no Brasil o trabalho doméstico uma questão cultural, é esperado que a sua redução, resultante de um aquecimento do mercado de trabalho, seja mais gradual, uma vez que teria que vir acompanhada por uma mudança grande no comportamento das famílias.

Pelo que foi dito, em um contexto de mercado de trabalho se aproximando do pleno emprego, supõe-se que a informalidade, a ocupação na produção para consumo próprio e o emprego doméstico venham mostrando uma tendência à queda. Esta sessão objetiva, portanto, analisar a evolução destas três variáveis no Brasil em busca de evidências que ajudem a compreender melhor o aquecimento no mercado de trabalho observado recentemente. É importante destacar ainda que a taxa de desemprego entra em uma trajetória de queda a partir de 2003 (ver Gráfico 3.1) e que pelo modelo de recrutamento aqui utilizado se espera que a tendência de queda das variáveis se dê a partir deste momento.

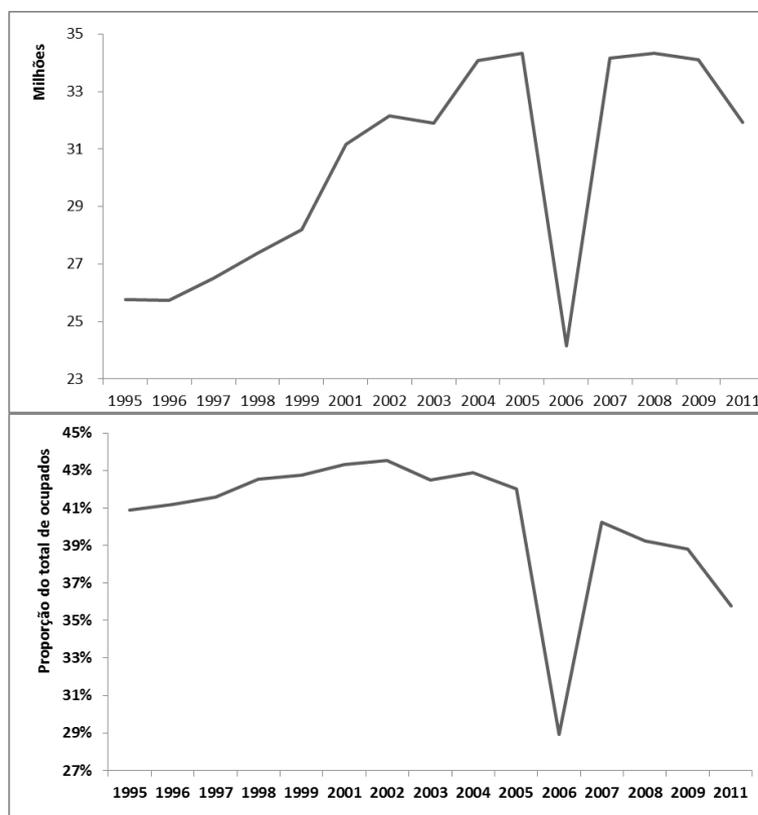
³¹ Este modelo supõe que as firmas informais são menos produtivas que as formais, não conseguindo assim ajustar os salários da mesma forma, o que, por sua vez, tende a aumentar o diferencial de salário formal-informal na fase inicial do ajuste.

³² Incluí os trabalhadores na produção para consumo próprio, os trabalhadores na construção para uso próprio e aqueles que não são remunerados.

³³ Aqui está sendo considerada a ocupação em trabalho doméstico remunerada.

O Gráfico 3.13 traz, em primeiro lugar, a evolução da informalidade em termos absolutos e, em segundo lugar, a proporção de trabalhadores informais com relação ao total de ocupados. Em termos absolutos, havia uma tendência nítida crescente entre 1995 (cerca de 25 milhões) e 2008 (cerca de 34 milhões), a partir daí a tendência se inverte, alcançando aproximadamente 32 milhões de trabalhadores ocupados no setor informal em 2011. Em termos relativos, entre 1995 e 2002 houve elevação da proporção de trabalhadores ocupados no setor informal (40,9% para 43,5%), porém a partir de então a variável adquire uma tendência acentuada de queda, alcançando a proporção de 35,8% em 2011.

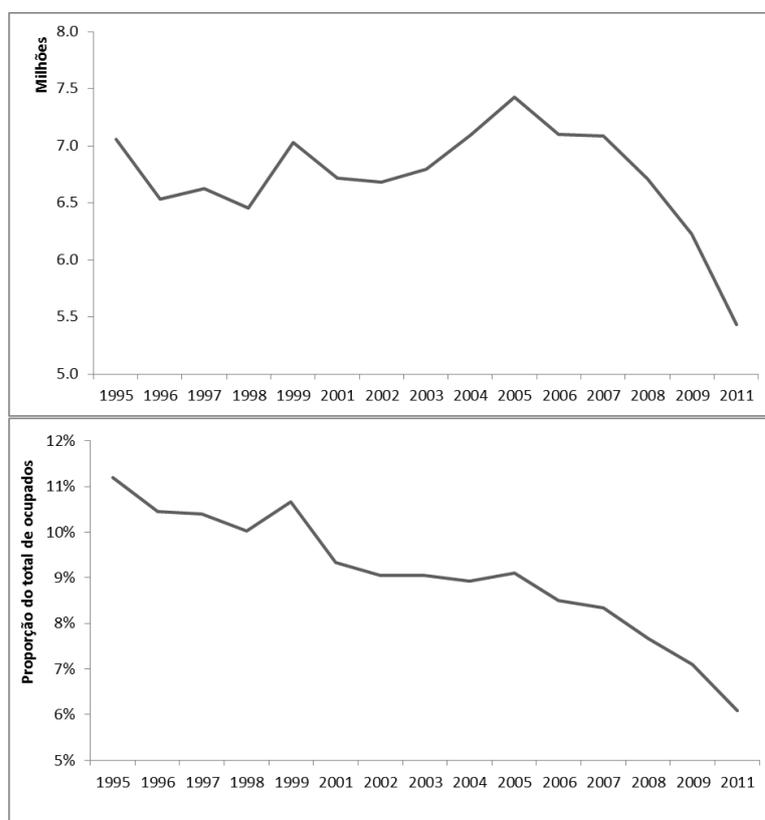
Gráfico 3.13- Evolução da informalidade entre 1995 e 2011.



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, o comportamento do setor informal dá sinais de que o mercado de trabalho brasileiro esteja de fato aquecido e tenha passado a recrutar trabalhadores do setor informal para o setor formal depois do início da queda do desemprego em 2003. Isso não implica, porém, que se configura uma situação de pleno emprego, uma vez que há ainda um contingente grande de pessoas que poderiam ser absorvidas em posto de maior produtividade no setor formal da economia.

Gráfico 3.14- Evolução da ocupação na produção para consumo próprio entre 1995 e 2011.



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Com relação à evolução de trabalhadores ocupados na produção para consumo próprio, a trajetória apresentada é mais acentuada do que a da informalidade, como pode ser visto no Gráfico 3.14. A partir do primeiro gráfico, que mostra a ocupação para consumo próprio em termos absolutos, é possível observar que entre 1995 e 2005 houve certa elevação da quantidade de trabalhadores nesta situação (variando de cerca de 7,0 à aproximadamente 7,5 milhões) e que a partir daí tal tendência se inverte, sendo que em 2011 apenas cerca de 5,5 milhões de pessoas estavam ocupadas na produção para consumo próprio. Em termos relativos, por sua vez, a tendência de queda se mantém ao longo de todo o período, com variação entre 11,2% e 6,1%.

Assim, a ocupação para consumo próprio apresenta um comportamento condizente com a hipótese de aproximação do pleno emprego, uma vez que em termos absolutos ela inicia sua queda a partir de 2005 (tempo depois de se ter iniciado a trajetória de queda da taxa de desemprego), de maneira que pode se imaginar que o processo de recrutamento passou a acontecer após a utilização de parte da mão de obra desempregada (salário de reserva mais

baixo). Mesmo que em 2011 ainda haja certo número de trabalhadores nesta condição, é preciso considerar que há um limite para o recrutamento destes indivíduos, que pode ser por razões desde geográficas (pessoas que moram em regiões muito isoladas, as quais dificilmente serão incorporadas em empregos de firmas formais) até culturais (pessoas que consideram a produção para consumo próprio algo como um estilo de vida, uma opção).

Gráfico 3.15- Evolução do trabalho doméstico entre 1995 e 2012.

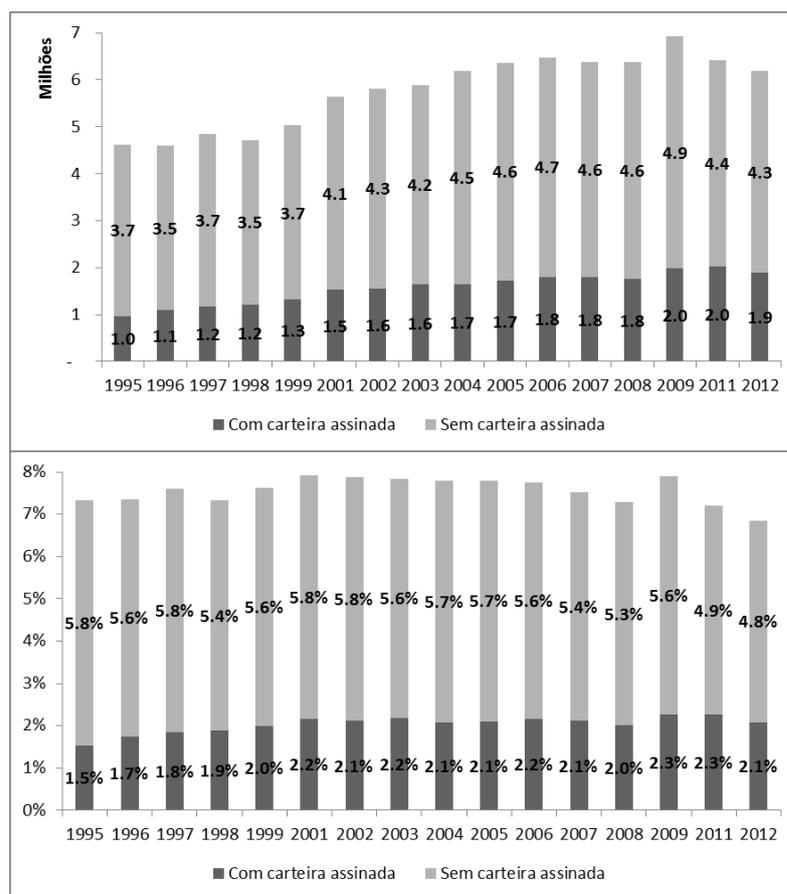


Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Por fim, ao analisar a evolução da ocupação no trabalho doméstico em termos absolutos e sua composição em trabalho com carteira e sem carteira assinada (ver respectivamente os Gráfico 3.15 e 3.16), apenas no final do período começa a se delinear uma tendência à queda. Se em 1995 havia cerca de 4,3 milhões de trabalhadores domésticos (cerca de 0,9 com carteira assinada e 3,4 sem), em 2009 o total era de 6,9 milhões (cerca de 1,9 com carteira assinada e 5 sem). Assim, ao longo deste período houve elevação do trabalho doméstico com e sem carteira, porém com redução da proporção dos domésticos sem carteira assinada. É apenas a partir de 2009 que começa a se observar uma tendência a redução, sendo que o número total de domésticos chega a 6,1 milhões (cerca de 1,8 com carteira assinada e 4,3 sem) em 2012. Quando a análise é feita em termos relativos, ou seja, para a participação

do trabalho doméstico no total da ocupação percebe-se que a participação cresce pouco entre 1995 e 2009, variando entre 7,3% e 7,9% e que este crescimento é marcado por grandes oscilações. É a partir de então que se observa uma queda para a proporção de 6,8% (2,1% com carteira assinada e 4,8% sem).

Gráfico 3.16- Evolução da composição do trabalho doméstico entre com e sem carteira assinada entre 1995 e 2012.



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Dessa forma, fica claro que o trabalho doméstico (em termos absolutos e relativos) entra em uma trajetória de redução apenas recentemente. Além disso, há ainda um grande número de pessoas ocupadas no trabalho doméstico e, mais do que isso, cerca de 70% deste número se encontra trabalhando na informalidade. Estes dados podem estar refletindo o que foi dito anteriormente a respeito da questão cultural que é o trabalho doméstico no Brasil: para que haja redução em tal tipo de ocupação, as famílias precisam fazer diversas adaptações, o que leva certo tempo e pode ser uma das causas principais para este ‘atraso’ de resposta ao aquecimento do mercado de trabalho do trabalho doméstico relativamente ao trabalho

informal e a ocupação na produção para consumo próprio. Ainda assim, a redução observada a partir de 2009 é evidência de que o Brasil vem se aproximando de uma situação de pleno emprego, porém por se tratar de um movimento muito recente e de haver ainda um grande número de trabalhadores doméstico haveria espaço ainda para um aproveitamento dos trabalhadores domésticos em atividades de maior produtividade, o que contribui contra a hipótese de pleno emprego.

3.7 Comentários Finais

Em busca de elementos que auxiliem na recente discussão acerca do pleno emprego no Brasil, foi realizada uma avaliação geral do movimento da oferta e da demanda de trabalho no período entre 1995 e 2011. Contatou-se, então, que a partir de 2005 a tendência de queda na taxa de desemprego é também acompanhada pela queda na taxa de participação, embora esta o seja com oscilações. A análise mostrou, ainda, que estes movimentos resultaram tanto de um aumento dos postos de trabalho relativamente à elevação da PEA, quanto de um crescimento da PEA inferior ao crescimento da PIA.

Uma das razões para estas alterações observadas recentemente é a questão da participação da mulher no mercado de trabalho: há um grande contingente de mulheres fora do mercado e, embora a taxa de participação da mulher tenha mantido uma trajetória de elevação entre 1995 e 2009, em movimento recente menos mulheres optaram por fazer parte do mercado de trabalho. Isto aliado ao fato de haver uma taxa de desemprego feminino considerável sugere que há ainda espaço para o crescimento no emprego das mulheres.

Quando se consideram as faixas etárias mais críticas no mercado de trabalho, ou seja, o trabalho infantil e a questão dos jovens, observou-se uma enorme redução do trabalho infantil, tanto em termos absolutos, quanto relativos. Observou-se nos jovens, por sua vez, redução na taxa de participação a partir de 2005 e, em movimento mais recente, uma crescente proporção de jovens que não estão estudando e que não estão participando do mercado de trabalho, o que indica uma possibilidade de expansão da oferta de trabalho. Além disso, embora a taxa de desemprego dos jovens tenha se reduzido, ela se reduziu menos do que a taxa de desemprego geral.

Com relação ao perfil de qualificação da mão de obra, concluiu-se que o perfil da oferta de trabalho foi alterado consideravelmente, sendo que cresceu muito o contingente de trabalhos qualificados, isto acontece simultaneamente a uma elevação na qualificação dos

trabalhadores ocupados. O perfil do desemprego, por sua vez, revela que há elevação dos trabalhadores qualificados que querem trabalhar, mas por alguma razão não conseguem. Assim, avaliando-se o movimento agregado do mercado de trabalho não é possível falar em escassez da mão de obra qualificada.

Por fim, ao se considerar a composição do perfil de ocupação, o comportamento do setor informal dá sinais de que o mercado de trabalho brasileiro esteja de fato aquecido e tenha passado a recrutar trabalhadores do setor informal para o setor formal em meados de 2003. Isso não implica, porém, que se configura uma situação de pleno emprego, uma vez que há ainda um contingente grande de pessoas que poderiam ser absorvidas em postos de maior produtividade no setor formal da economia. Já a ocupação para consumo próprio apresenta um comportamento condizente com a hipótese de aproximação do pleno emprego, uma vez que foi nítida e drástica a queda desta variável. Finalmente, há ainda um grande número de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, o qual dá sinais de redução apenas recentemente.

De tudo o que foi visto, constatou-se que o mercado de trabalho brasileiro passou por transformações, tanto quantitativas quanto qualitativas, no período analisado. Destaca-se aqui a redução do trabalho infantil, uma maior participação da mulher e um perfil de maior qualificação da oferta de trabalho. Por outro lado, é importante ressaltar a questão dos jovens e a elevação de sua proporção em condição de ociosidade, da ainda grande quantidade de mulheres que não participam da PEA e do enorme contingente de trabalhadores que ainda se encontram em ocupações de baixa produtividade (trabalhos informais e domésticos). Tais evidências indicam que mesmo que o Brasil possa estar se aproximando de uma situação de pleno emprego, há ainda um caminho considerável para se percorrer antes que se alcance este ponto, já que há possibilidades para crescimento da oferta de trabalho que ainda não foram aproveitadas.

Considerações Finais

Da análise aqui realizada, pode-se concluir o Brasil tem disponível um contingente de trabalhadores não utilizado, o que indica que, apesar da proximidade, ainda não se configura uma situação de pleno emprego. Esta se trata de uma conclusão relativa ao nível agregado, de maneira que ela não necessariamente contradiz a possibilidade de estar ocorrendo escassez de mão de obra especializada em setores específicos.

Sob a perspectiva de curto prazo, enfatizada pelo Modelo Keynesiano, na qual o desempenho econômico seria um dos determinantes do nível de emprego, o ciclo de crescimento em que ingressou o país a partir de 2004 impactou de forma clara na redução do desemprego. Porém, outros fatores impactaram neste resultado, já que este movimento não resultou apenas da elevação da oferta de postos de trabalho, mas também da redução da taxa de participação no mercado de trabalho. Para explicar esta última observação, por sua vez, recorre-se a uma análise com foco nas mudanças estruturais.

É inegável que tenha havido uma enorme migração dos trabalhadores que se encontravam em ocupações de baixa produtividade, na situação de desemprego ou mesmo na inatividade para o emprego no setor moderno da economia. Tal fenômeno condiz com as proposições dos modelos de pleno emprego relacionados ao desenvolvimento econômico. Dessa maneira, as tendências de longo prazo observadas indicam para uma maior participação da mulher, redução da participação infantil, elevação na qualificação da força de trabalho e uma tendência nítida de redução em ocupações no setor informal e na produção para consumo próprio.

Apesar de todas as evidências que favorecem a hipótese de pleno emprego, não só sob uma perspectiva quantitativa, como também qualitativa, outros resultados apontam na direção contrária. Mesmo participação da mulher tendo mantido uma tendência crescente, ela ainda é passível de elevação, além de ter apresentado redução nos anos mais recentes. Os jovens, por sua vez, apresentam uma tendência de redução em sua taxa de participação e há um recente crescimento da proporção de jovens “nem-nem”. Tais fatores, conjuntamente, indicam que há possibilidade de expansão da oferta de trabalho dos jovens. Por fim, apesar de apresentar uma tendência à queda, a proporção de ocupados em atividades de baixa produtividade ainda se configura em um nível elevado, o que é evidência contrária ao esgotamento da oferta de trabalho. Isto acontece, pois, espera-se que o processo de recrutamento pelos setores de alta

produtividade da mão de obra ocupada em setores precários já tenha sido completo ao se configurar uma situação de pleno emprego.

Os resultados deste estudo deixam algumas questões em aberto. Se, por um lado, a proximidade com o pleno emprego é evidente, por outro lado as razões pela quais tal situação ainda não foi alcançada não são. A única contribuição que se tem aqui neste sentido é a percepção de que os jovens, as mulheres e as ocupações de baixa produtividade representam um ponto de partida para futuras pesquisas que objetivem definir estas razões.

Referências Bibliográficas

BRUSCHINI, M. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais. *Textos da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, n.1, 1989.

BRESSER, L.P. A economia e a política do plano real. *Revista de Economia Política*, v. 14, n.4 (56), 1994. (retirado de <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=541>, último acesso em novembro de 2013).

CAMARANO, A. M. Considerações Finais. In: CAMARANO, A.M. *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro; IPEA, 2006. Cap.11, pp. 320-329.

CONSEIUIL, C. H.; FOGUEL, M.N. Expansão econômica e aumento da formalização das relações de trabalho: uma abordagem através das contratações. *Texto para discussão*, n. 1571, Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

GIAMBIAGI, F. *Economia Brasileira contemporânea: 1946-2010*. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

IPEA. Considerações sobre o pleno emprego no Brasil. *Comunicados do IPEA*, n. 135, Brasília: IPEA, 2012. (retirado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120216_comunicadoipea135.pdf último acesso em outubro de 2013).

IPEA. Um retrato de duas décadas no mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad. *Comunicados do IPEA* n. 160, Brasília: IPEA, 2013. (retirado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131007_comunicadoipea160.pdf último acesso em outubro de 2013).

KILLINGSWORTH, M.; HACKMAN, M. Handbook of labor economics. Female labor supply: a survey. *Elsevier Science Publisher BV*, v.1, 1986.

KON, A. Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores. *Revista Economia & Tecnologia (RET)*, v. 8, n.2, pp. 5-22, 2012.

KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. *American Economic Review*, v. 45, 1955.

LEWIS, A. Economic development with unlimited supplies of labor. *Manchester school of economics and social studies*, v.22, 1954. In: AGARWALA, A; SINGH, S.P. (orgs.) *A economia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, pp. 406-456, 1969.

MENEZES, N.; CABANAS, P.; KOMATSU, B. A condição “nem-nem” entre os jovens é permanente? *Centro de políticas públicas-Insper*, Policy Paper n.7, 2013.

OIT. Trabalho decente e juventude no Brasil. *Organização Internacional do Trabalho-Brasil*, Brasília: OIT, 2009. (retirado de http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf último acesso em novembro de 2013).

PEREIRA, J; NASCIMENTO, R. Crescimento, emprego e renda no Brasil: rumo ao pleno emprego produtivo. *Revista Economia & Tecnologia (RET)*, v. 8, n.2, pp. 61-80, 2012.

RAMOS, C.A. O emprego nos anos 1990: o regime macroeconômico importa? *Mercado de trabalho. Conjuntura e análise: IPEA*, n. 22, pp. 11-14, 2003. (retirado de https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_22f.pdf último acesso em novembro de 2013).

RAMOS, C.A. *Economia do Trabalho: modelos teóricos e o debate no Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2012.

SOUZA, A. Aspectos do trabalho infantil no Brasil. *Revista de Economia & Relações Internacionais*, v. 2, n.3, 2003.

SANTOS, F; SOUZA, A. A redução do trabalho infantil e o aumento da frequência escolar na década de 90 no Brasil. *Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia ANPEC*, Recife: ANPEC, 2007.

STALLIVIERI, L. O Sistema de Ensino Superior do Brasil: Características, Tendências e Perspectivas. *Educación superior en América Latina y el Caribe: Sus estudiantes hoy*. México, 2007.